

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS – PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO
MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS (PA)

Parauapebas (PA)
2017

HISTÓRICO E ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS

O município de Parauapebas surgiu como um povoado que se formou em terras do município de Marabá - ao pé da Serra dos Carajás, no curso médio do rio Parauapebas - em função da descoberta de jazidas de minério de ferro, no final da década de 60.

A região do vale do rio Parauapebas, antes praticamente desabitada, deu lugar à construção de um núcleo urbano para abrigar os trabalhadores das empreiteiras que dariam apoio ao Programa Grande Carajás (PGC) e suas famílias, bem como às subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além de servir de ponto de apoio às pessoas que chegavam para ajudar na instalação de outros empreendimentos. A construção do núcleo urbano durou cerca de um ano e meio, provocando um grande fluxo de migrantes para o local.

Em 1988, no governo do Dr. Hélio da Mota Gueiros, a vila de Parauapebas tornou-se município, desmembrando sua área territorial do município de Marabá, por meio da Lei nº 5.443, de 10 de maio. Esta Lei estabelecia que o município de Parauapebas, enquanto não possuísse legislação própria, integraria a Comarca Judiciária de Marabá, juntamente com Brejo Grande do Araguaia, e seria regido pelos atos e regulamentos de Marabá. A instalação do Município ocorreu no dia 1º de janeiro de 1989, com as posses do primeiro Prefeito Faisal Farias M. Salmen Hussain, do Vice-prefeito e Vereadores, eleitos no pleito de 15 de novembro de 1988.

É em Parauapebas que está localizada a maior província mineral do mundo, Carajás, com acesso pela Rodovia PA 275. A atividade mineradora de ferro, ouro e manganês é a mais forte da economia do município, motivo pelo qual há uma grande execução de projetos e obras de estruturação, além de uma atividade migratória intensa, considerada a maior do Estado.

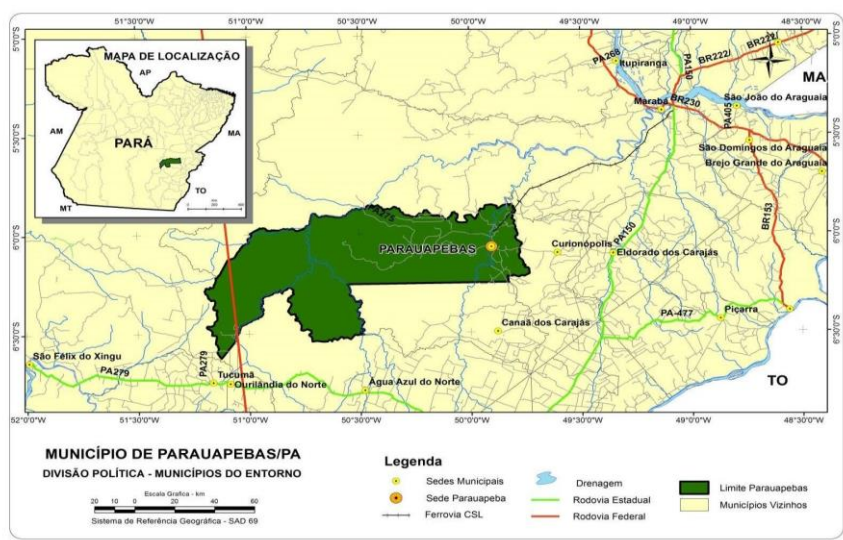


Figura 1 - Localização do Município de Parauapebas (PA)

Fonte: Adaptado de IDESP (2009).

O município de Parauapebas está localizado na região Sudeste do Estado e distante 547 km de Belém. Pertence à Mesorregião Sudeste Paraense e à Microrregião de Parauapebas. E faz limite fronteiro com os municípios de Marabá ao norte; Curionópolis a leste; Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte ao sul; e São Félix do Xingu a oeste.

O Município é cortado por dois grandes rios, Parauapebas e Itacaiúnas, assim como possui grandes serras, que são as dos Carajás, Seringa, Buriti e Arqueada.

Possui, aproximadamente, 50 sítios arqueológicos ainda não estudados, com exceção da Serra dos Carajás, que contém a Gruta do Gavião, onde foram descobertos vestígios de presença humana com datação precisa de 8.500 anos.

Fica localizada em seu território a área indígena Catete, com 439.150.454 ha (4.391.50 km²), assim como a Área de Proteção Ambiental, do Igarapé Gelado, criado pelo Governo Federal em 1989, com 21.600 ha (216 km²).

O Parque Zoobotânico do Núcleo de Carajás, com várias espécies da fauna e da flora amazônicas, é uma das maiores atrações turísticas da região. Além do parque, tem a cachoeira de Dona Beja, localizada a 3 km do portão do núcleo da Serra dos Carajás; a Prainha, a 3 km da sede, que na realidade é uma grande área formada por várias ilhotas, onde é possível acampar, e a Ilha Tropical.

Geograficamente é marcado por um relevo acidentado, com predominância de serras. Possui as principais elevações que formam a Serra dos Carajás, um conjunto de montanhas onde estão as reservas minerais.

A principal bacia hidrográfica do Município é a do rio Itacaiúnas, que nasce a sudoeste do território, na Serra da Seringa, e atravessa áreas serranas que incluem a Serra dos Carajás, limitando em parte com o município de Marabá. Recebe pela margem direita, o rio Novo (limite com o município de Curionópolis) e Parauapebas, que banha a sede municipal. Pela margem esquerda, os rios Água Preta, Piranhas e Cateté.

- EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA E EXPANSÃO URBANA

A expansão urbana e a evolução demográfica de Parauapebas acompanham os condicionantes econômicos do ciclo de exploração mineral, sendo que a relativa desmobilização do formato “company town” pela Vale decorreu tanto dos interesses de acumulação de capital daquela empresa, quanto pela pressão migratória estimulada pela Estrada

de Ferro Carajás, tornando-se fator impeditivo a manutenção do formato isolado de núcleo urbano organizado versus núcleo urbano desestruturado.

Tabela 1: Evolução População Urbana e Rural em Parauapebas (1991/2010)

Anos	Urbana	Rural	Total	Urbanização (%)
1991	27.443	25.892	53.335	51,45
1996	38.842	24.721	63.563	61,11
2000	59.239	12.352	71.591	82,75
2007	118.847	14.451	133.298	89,16
2010	138.690	15.218	153.908	90,11

Fonte: IBGE, Censo Demográfico e PNAD

A então Companhia Vale do Rio Doce optou pelo modelo clássico de “company town”, construindo um núcleo urbano no alto da Serra, junto à mina de exploração; curiosamente é que a construção do referido núcleo urbano, somado as obras de engenharia da Mina, provocou grande fluxo de migrantes para o local, expandindo o antigo núcleo de Parauapebas e originando a atual cidade, sem nenhuma infraestrutura básica e condicionada a ser ponto de transição entre o “Núcleo Urbano” da Vale e a cidade de Marabá.

Nota-se que o intenso fluxo migratório concentra-se em quase sua totalidade na área urbana do município. A principal consequência desse processo é a expansão periférica da estrutura urbana da cidade, algo visível em Parauapebas no processo de conformação de novos bairros muito rapidamente, expandindo o gradiente citadino e ocasionando, do mesmo modo, grande especulação com o solo urbano e a incorporação crescente do rural ao urbano.

Tabela 2: População Urbana e Rural - Parauapebas e Pará (2000 e 2010)

Local	População 2000 (%)		População 2010 (%)	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Parauapebas	82,8	17,2	90,11	9,89
Pará	66,55	33,45	68,48	31,52

Fonte: Censos IBGE (2000 e 2010).

A evolução populacional do município impressiona e supera em grande medida as taxas estaduais e nacionais. Em 1991 sua população era de 53.335 habitantes, passando para 71.568 em 2000 e alcançando 153.918 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2010. Portanto em menos de vinte anos a população quase que triplicou. Já em 2016, segundo es-

timativas do IBGE, a população de Parauapebas atinge a marca de 196.259 habitantes, um crescimento de 27,5% em relação ao apontado no censo de 2010.

Tabela 3: Evolução da Densidade Demográfica de Parauapebas (2000 – 2016)

Anos	População (Hab.)	Área (Km ²)	Densidade (Hab./Km ²)
2000	71.568	7.046,70	10,16
2001 (1)	75.524	7.046,70	10,72
2002 (1)	78.303	7.046,70	11,11
2003 (1)	81.428	7.046,70	11,56
2004 (1)	88.519	7.046,70	12,56
2005 (1)	91.621	7.046,70	13,00
2006 (1)	95.225	7.046,70	13,51
2007	133.298	7.046,70	18,92
2008 (1)	145.326	7.046,70	20,62
2009 (1)	152.777	7.046,70	21,68
2010	153.908	6.957,32	22,12
2011 (1)	160.228	6.957,32	23,03
2012 (1)	166.342	6.957,30	23,91
2013 (1)	176.582	6.957,30	25,38
2014 (1)	183.352	7.046,70	26,02
2015 (1)	189.921	7.046,70	26,95
2016 (1)	196.259	6.886,21	28,50

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

(1) População Estimada

A densidade demográfica de Parauapebas é de aproximadamente 28 habitantes/Km², sendo quase cinco vezes superior à verificada no Estado, que é de 6 habitantes/Km².

Tabela 4: Aspectos demográficos - Parauapebas e Pará (2000/2010 e 2016)

Local	População			Área Km ²	Densidade		
	2000	2010	2016		Hab./K m ² (2000)	Hab./ Km ² (2010)	Hab./ Km ² (2016)
Parauapebas	71.568	153.908	196.259	6.957	10,29	22,12	28,50
Pará	6.192.307	7.581.051	8.272.724	1.247.950	4,96	6,07	6,62

Fonte: IBGE – censos 2000/2010 – IBGE - estimativas de população 2016.

Esse crescimento pode ser explicado pelo forte processo migratório, já detectado no Censo de 2000. Naquele ano cerca de 30% da população de Parauapebas constituíam de “não naturais”, sendo que migrantes com “menos de um ano” perfaziam 9,52% dos munícipes e com “1 a 2 anos” 17,80%. Os dados do Censo 2010 demonstraram a continuidade ou

reforço desse movimento demográfico, considerando, inclusive, o desempenho da economia local.

Os dados demográficos permitem visualizar o comportamento da pirâmide etária do município, denotando o comportamento na faixa referente à População Economicamente Ativa (entre 10 e 64 anos) que estão potencialmente no mercado de trabalho. Considerando os dados da Sinopse oferecida pelo IBGE (2010) observa-se que 77,1% dos homens (60.056) e 77,3% das mulheres (58.770) encontram-se nesta faixa, o que representa um importante fator a ser observado para desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento local.

Tabela 5: Parauapebas – Distribuição da População por Sexo (Grupos de Idade)

Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%
0 a 4 anos	8.534	5,50%	8.069	5,20%
5 a 9 anos	3.518	2,30%	3.011	2,00%
10 a 14 anos	7.637	5,00%	7.626	5,00%
15 a 19 anos	7.794	5,10%	7.940	5,20%
20 a 24 anos	7.331	4,80%	8.061	5,20%
25 a 29 anos	9.022	5,90%	9.415	6,10%
30 a 34 anos	9.430	6,10%	9.122	5,90%
35 a 39 anos	7.465	4,90%	7.310	4,70%
40 a 44 anos	5.617	3,60%	5.298	3,40%
45 a 49 anos	4.416	2,90%	4.112	2,70%
50 a 54 anos	2.649	1,70%	2.204	1,40%
55 a 59 anos	1.717	1,10%	1.435	0,90%
60 a 64 anos	1.097	0,70%	862	0,60%
65 a 69 anos	669	0,40%	607	0,40%
70 a 74 anos	437	0,30%	440	0,30%
75 a 79 anos	304	0,20%	267	0,20%
80 a 84 anos	158	0,10%	129	0,10%
85 a 89 anos	65	0,00%	71	0,00%
90 a 94 anos	24	0,00%	26	0,00%
95 a 99 anos	7	0,00%	8	0,00%
Mais de 100 anos	2	0,00%	2	0,00%

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010.

Considerando a classificação entre jovens (até 24 anos), adultos (de 24 anos até 59 anos) e idosos (acima de 60 anos), os resultados demonstram um forte componente de dinâmica do mercado de trabalho, observando-se o incremento dos adultos na população total de forma muito expressiva: evolui de 46,85% para 55,71%, como pode ser visto na Tabela 6 abaixo. Essa concentração populacional adulta possibilita dinâmica comercial e de servi-

ços intensa, sendo que em conformidade com o chamado “bônus demográfico”, a chamada faixa de adultos-jovens (20 a 34 anos) responde por elevado percentual (média de 17% de homens e mulheres), o que combina estímulo educacional com maior disponibilidade de capacidade física e mental.

Tabela 6: População de Jovens, Adultos e Idosos – Parauapebas (2000/ 2010)

Grupo Etário	2000		2010	
	População	%	População	%
Jovens	35.834	50,07	62.992	40,93
Adultos	33.529	46,85	85.741	55,71
Idosos	2.205	3,08	5.175	3,36
Total	71.568	100	153.908	100

Fonte: Censos IBGE (2000 e 2010).

Quanto ao aspecto gênero, a exemplo do Pará como um todo, apresenta-se grande equilíbrio, o que pode ser analisado em termos de deslocamento migratório familiar, pois ao se considerar o forte movimento migratório que se observou no Censo de 2000 (30% dos residentes eram não naturais), implica que os deslocamentos ocorreram em grupos familiares, explicando a participação relativamente semelhante de homens e mulheres na pirâmide etária, como pode ser observado na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7: População por sexo - Parauapebas e Pará (2000 e 2010) (%)

Local	2000 (%)		2010 (%)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Parauapebas	50,68	49,32	50,61	49,39
Pará	50,59	49,41	50,41	49,59

Fonte: Censos IBGE (2000 e 2010).

A pirâmide etária abaixo ilustra bem a situação acima: ao compararmos as duas pirâmides (2000 e 2010) observa-se o alargamento das faixas medianas, especialmente as duas faixas de 20 a 24 e 25 a 29 anos, denotando o caráter jovem-adulto da força de trabalho do município de Parauapebas. Estabelecendo comparação com a pirâmide etária do Pará, observa-se a maior suavidade desta, o que pode se explicado pelos movimentos migratórios mais expressivos no município, do que no restante do estado.

Figura 2: Pirâmide etária de Parauapebas (2000 e 2010)

Fonte: Censos IBGE (2000 e 2010).

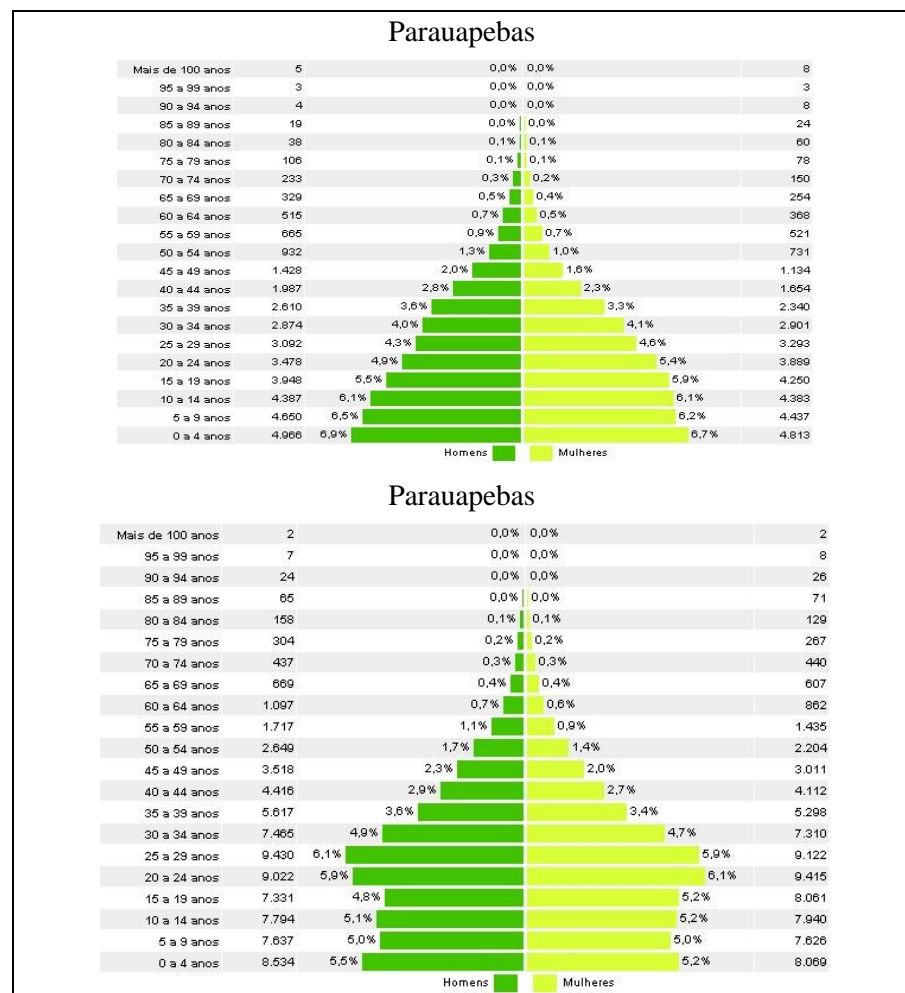
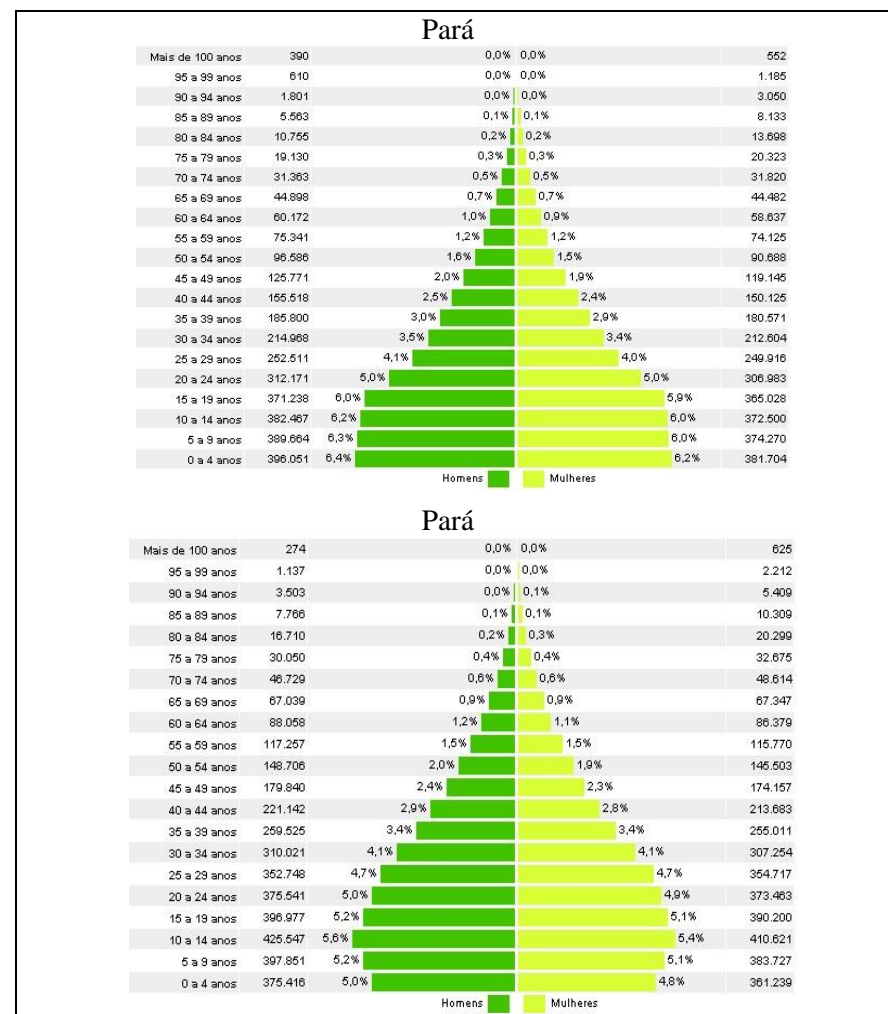


Figura 3: Pirâmide etária do Estado do Pará (2000 e 2010)

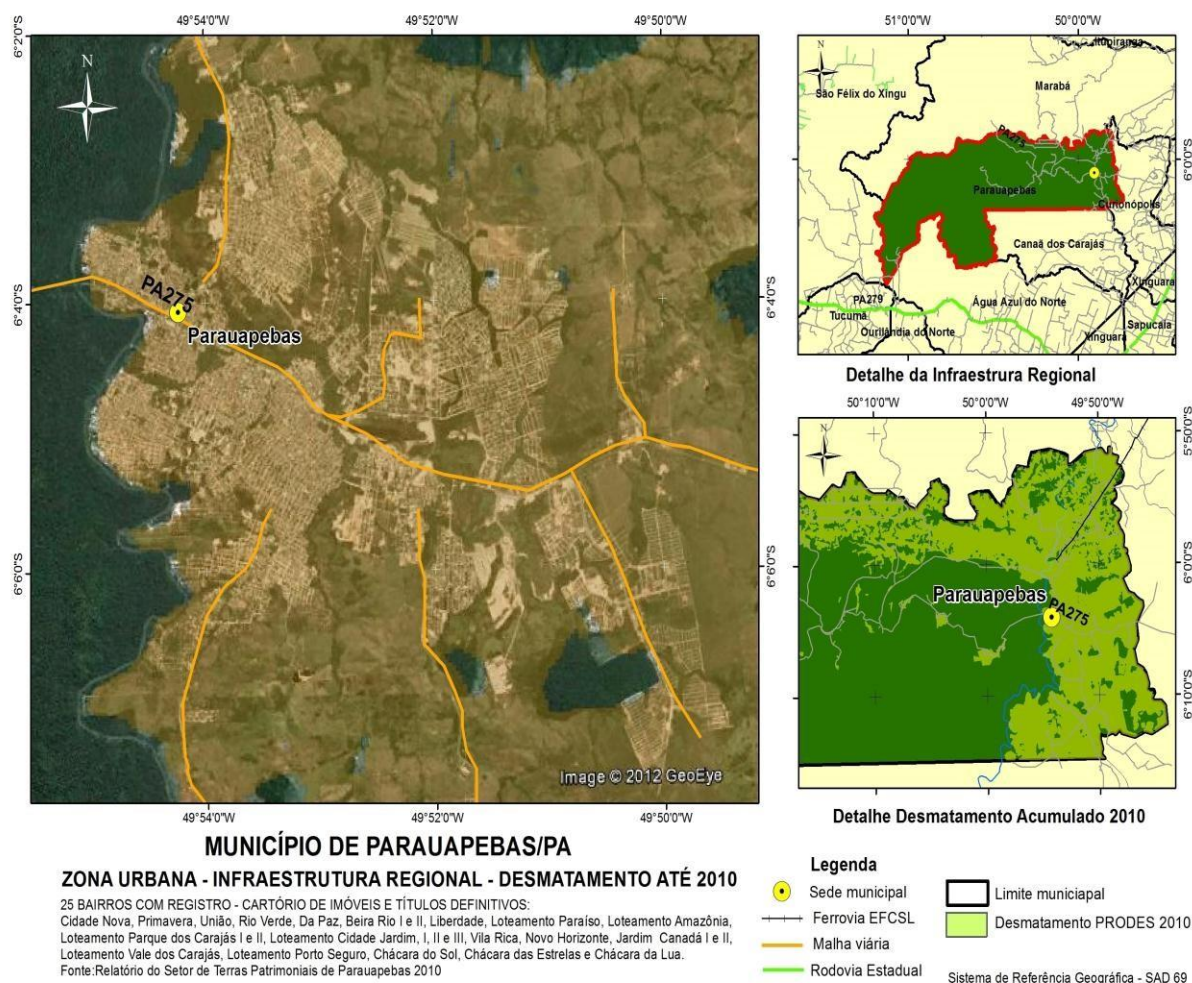
Fonte: Censos IBGE (2000 e 2010).



- A ESPACIALIDADE ECONÔMICA DE PARAUAPEBAS.

Em 2010, Parauapebas dispunha em sua área urbana de 25 bairros com registro cartorial¹, sendo que parcela majoritária dos mesmos constitui expansão recente do perímetro urbano da cidade, subtraindo crescentemente antigas áreas rurais e de cobertura vegetal, como pode ser denotado na imagem cartográfica abaixo.

Figura 4: Parauapebas: Zona Urbana, Infraestrutura Regional e Desmatamento (2010)



Conforme os últimos dois Censos, enquanto no Pará o número de domicílios cresceu 42,02%; em Parauapebas a expansão foi de 160%: em 2000 o IBGE registrou 16.432 domicílios permanentes, em 2010 foram recenseados 42.276 domicílios, sendo que 91,03% dos mesmos em área urbana, como pode ser atestado nas Tabelas 8 e 9 seguintes.

¹ Conforme o Relatório do Setor de Terras Patrimoniais de Parauapebas (2010), discriminados na base cartográfica acima, os bairros com registro cartorial são: Cidade Nova, União, Rio Verde, Da Paz, Beira Rio I e II, Liberdade, Loteamento Paraíso, Loteamento Amazônia, Loteamento Parque dos Carajás I e II, Loteamento Cidade Jardim I, II e III, Vila Rica, Novo Horizonte, Jardim Canadá I e II, Loteamento Vale dos Carajás, Loteamento Porto Seguro, Chácara do Sol, Chácara das Estrelas, Chácara da Lua.

Tabela 8: Números de domicílios particulares permanentes por situação (e percentual) - Parauapebas e Pará (2000 e 2010)

Local	Urbana		Rural		% Urbano		% Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Parauapebas	13.779	38.894	2.653	3.832	83,85	91,03	16,15	8,97
Pará	908.974	1.320.605	400.059	538.560	69,44	71,03	30,56	28,97

Fonte: Censos IBGE (2000 e 2010).

Tabela 9: Domicílios particulares permanentes por sexo da pessoa responsável pelo domicílio (e percentual) - Parauapebas e Pará (2000 e 2010)

Local	2000		2010		2000%		2010%	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Parauapebas	13.261	3.171	28.719	14.007	80,7	19,3	67,22	32,78
Pará	1.010.585	298.448	1.173.536	685.629	77,2	22,8	63,12	36,88

Fonte: Censos IBGE (2000 e 2010).

Mesmo com a grande expansão demográfica e sua consequente expansão urbana, o número de habitantes por domicílio permaneceu o mesmo em uma década (2000-2010), o que denota que a expansão demográfica se deu por deslocamento migratório tendo como base essencialmente núcleos familiares, o que converge para o equilíbrio entre presença masculina e feminina, como observado na pirâmide etária municipal.

Tabela 10: Habitantes por Unidade Domiciliar (1991/2010)

Ano	População	Unidades	Habitantes / Unidades
	(Hab.)	Domiciliares	Domiciliares
1991	63.563	14.721	4,32
2000	71.591	19.697	3,63
2010	153.908	42.726	3,60

Fonte: Censos IBGE (2000 e 2010).

O número de domicílios permanentes urbanos quase triplicou no período de 2000 a 2010, porém o número de estabelecimentos de natureza jurídica cresceu a uma taxa ainda maior, multiplicando em 3,3 vezes no período, com destaque para as “Sociedades de Quota Limitada” e as “Firmas Mercantis Individuais”, que constituíam em 2010 quase que 85% do universo de 1595 estabelecimentos jurídicos registrados formalmente como empregadores.

Tabela 11: Estabelecimentos por natureza jurídica - Parauapebas (2002-2010)

Natureza jurídica	Estabelecimentos									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Sociedade Qt Ltda	206	245	299	348	434	479	630	725	874	
Firma Mercantil Individual	178	198	234	250	314	338	380	406	478	
Contribuinte Individual 07 - Até Rais2007	23	20	32	37	44	34	0	0	50	
Poder Executivo Federal	0	0	1	0	3	12	22	26	33	
Segurado Especial	17	15	20	24	21	21	21	22	27	
Sa Fechada	11	10	10	12	13	17	20	21	21	
Outras Organizações - Associação Privada	9	11	11	16	12	13	17	16	21	
Empresa Individual Imobiliária	5	17	17	21	19	20	16	18	17	
Sa Aberta	7	8	4	4	6	6	10	13	13	
Sociedade Simples Ltda	0	0	1	3	6	7	12	15	10	
Entidade Social 07 - Até Rais2007	5	1	4	4	4	5	0	0	10	
Cooperativa	1	1	3	4	3	4	4	5	8	
Empresa Pública	4	2	4	4	6	4	5	4	6	
Sociedade Simples Pura	0	0	0	1	0	0	2	2	5	
Sociedade Mista	2	2	3	2	3	3	3	4	4	
Outros Fundação Privada	4	4	2	2	4	4	3	3	3	
Poder Executivo Municipal	1	1	1	1	1	1	1	1	2	
Grupo Sociedade	0	0	1	1	0	0	1	2	2	
Cartório	0	0	0	0	1	0	3	3	2	
Serviço Social Autônomo	5	0	1	4	3	5	8	2	2	
Condomínio Edifícios	0	0	0	0	0	0	2	1	2	
Poder Legislativo Municipal	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
Sociedade em Conta de Participação	0	0	2	1	0	0	0	0	1	
Sociedade Simples Nome Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
Filial Fundação Estrangeira	0	1	0	0	0	0	1	0	1	
Comunidade Indígena	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
Sociedade Civil	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Consórcio Empresas	0	2	0	1	0	1	1	0	0	
Filial, Sucursal ou Agência de Emprego Sediada Exterior.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Organização Social (Desativado)	1	1	3	2	4	4	2	0	0	
Oscip - Organiz. Soc. Civil Interesse Púb (Desativado)	0	0	1	1	1	0	0	0	0	
Entidade Mediação e Arbitragem	0	0	0	0	1	0	0	1	0	
Partido Político	0	1	0	0	0	0	0	1	0	
Entidade Social - a Partir Rais2008	0	0	0	0	0	0	6	9	0	
Organização Religiosa	0	0	0	0	0	0	1	1	0	
Contribuinte Individual (Rural) - a Partir Rais2008	0	0	0	0	0	0	44	52	0	
Total	483	541	655	744	904	979	1.216	1.356	1.595	

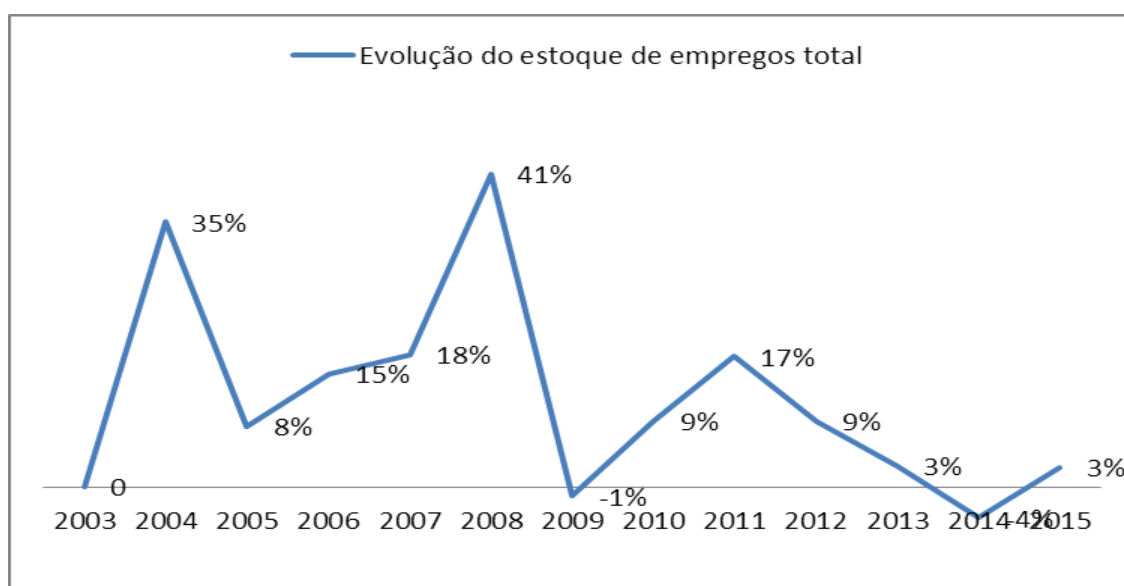
Fonte: MTE (2011).

- ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS, AMBIENTAIS E FISCAIS DE PARAUAPEBAS

EMPREGABILIDADE E ESTRUTURA SOCIAL LOCAL

A variação do volume de emprego gerado em Parauapebas pode ser visualizada na Figura abaixo. Deve-se observar que no período apontado, praticamente todos os anos, exceto 2009 e 2014, observou-se expressiva geração de postos de trabalho, centrados, principalmente, no setor extrativo mineral, serviços e administração pública. O destaque do período foi, a exemplo da economia brasileira como um todo, o ano de 2008 pré-crise, quando o crescimento no número de postos de trabalho foi mais que 40% superior ao ano anterior. Vale observar que o ciclo de crescimento em Parauapebas se inicia ainda em 2000, acompanhando a crescente demanda mineral chinesa.

Figura 5: Evolução percentual do Estoque de Emprego Total (2003/2015)



Fonte: MTE/RAIS

Tabela 12: Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade – Parauapebas (2003/2015)

SETOR DE ATIVIDADE	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Extrativa Mineral	1.976	1.903	2.398	4.383	5.065	6.069	6.921	7.005	8.249	9.474	9.522	10.576	10.959
Indústria de Transformação	604	669	579	1.139	1.151	1.558	1.694	2.885	2.667	2.749	2.581	2.907	2.493
Serviços Indust. Utilidade Pública	178	273	333	23	526	427	616	673	24	49	61	56	42
Construção Civil	1.749	3.618	2.999	2.447	2.948	8.890	8.041	8.187	9.813	13.546	6.956	7.668	5.924
Comércio	1.724	2.067	2.537	3.499	4.438	4.904	5.486	6.175	7.361	8.612	8.880	9.777	9.263
Serviços	2.624	3.538	3.402	5.632	6.368	6.351	6.299	8.696	9.980	10.878	11.487	11.597	11.179
Administração Pública	3.668	4.899	6.060	3.984	4.371	7.008	5.689	4.119	6.158	2.963	10.108	4.921	8.950
Agropecuária	182	191	226	209	191	225	248	290	338	182	202	254	181
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.705	17.158	18.534	21.316	25.058	35.432	34.994	38.030	44.590	48.453	49.797	47.756	48.991

Fonte: MTE/RAIS
Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

O perfil do emprego gerado corresponde naturalmente à lógica centrada na acumulação mineral, porém destacam-se alguns segmentos que resultam de alterações mais recentes na estrutura produtiva da Vale S/A, necessariamente resultante das condições de menor custo operacional, como também o crescimento de empresas que atendem diretamente a demanda resultante da massa salarial estabelecida no local.

Na última década a expansão das plantas de produção mineral², levou a reconfigurar a estrutura produtiva, sendo destaque a expansão do setor de Indústria de Transformação e Construção Civil, porém são os serviços, especialmente os vinculados à produção que apresentaram importante evolução.

- O MUNDO RURAL DE PARAUAPEBAS: ANÁLISE DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Parauapebas está inserida em uma região com grande participação da pecuária e da agricultura na economia, porém a expansão das atividades urbanas dinamizadas pela exploração extrativa mineral tem levado a contração crescente dessas atividades primárias. Acrescente-se o fato de que o município possui uma área total de 6.886,208 Km², dos quais aproximadamente 90% são de concessão da Companhia Vale, reservas indígenas, reservas ambientais ou do Governo Federal, sendo que restou a produção agropecuária menos de 66 mil hectares, ou seja, menos de 10% da área do município é destinada a produção agropecuária.

Esse encolhimento do setor agrário na economia de Parauapebas é visível na forte diminuição ou estagnação da produção, ao longo dos últimos anos, nas áreas colhidas tanto das lavouras permanentes, quanto temporárias. Assim a área colhida referente à lavoura temporária teve redução em quase dois terços da mesma, com especial declínio na área colhida de arroz e feijão (conferir Tabelas 13, 14 e 15 abaixo), o que, de outro modo, pode se refletir na elevação dos preços da cesta básica, considerando a importância desses bens no consumo urbano.

² A exportação paraense de minério de ferro (quantum) cresceu entre 1996 e 2000 aproximadamente 8,5%, ou seja, passou de 39,3 milhões de toneladas para aproximadamente 42,7 milhões de toneladas. Porém, entre 2000 e 2004, a exportação passa dos 42,7 para 57,9 milhões, cresce, portanto, mais de 47%. Fruto do explosivo crescimento chinês, a exportação de minério de ferro atinge em 2009 mais de 85 milhões de toneladas, ou seja, praticamente dobra o quantum exportado em uma década.

Tabela 13: Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras temporárias 2005-2008.

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Abacaxi (mil frutos)	80	60	60	60	1.632	1.224	1.224	1.224	816	612	490	514
Arroz (em casca)	3.880	2.000	1.800	1.800	5.940	3.093	3.000	3.000	2.471	1.339	1.650	1.980
Feijão (em grão)	1.530	1.750	1.750	1.750	1.032	1.185	1.185	1.185	1.548	2.133	2.133	2.370
Mandioca	2.450	2.940	2.500	2.500	44.100	52.920	45.000	45.000	3.749	4.498	3.375	4.500
Melancia	-	120	120	60	-	540	540	270	-	270	270	135
Milho (em grão)	4.320	3.800	3.700	3.700	4.932	4.215	4.339	4.339	2.466	1.686	1.953	1.736
Tomate	10	5	5	5	200	100	100	100	90	50	50	70

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 14: Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras temporárias 2009-2012.

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Abacaxi (mil frutos)	60	50	25	25	1.224	1.020	510	510	796	510	765	306
Arroz (em casca)	1.550	1.700	1.700	1.700	3.525	510	2.890	2.890	2.327	337	2.023	2.023
Feijão (em grão)	1.750	1.570	1.570	1.570	1.185	1.023	1.023	1.023	2.370	2.046	2.557	2.630
Mandioca	2.500	2.500	2.500	2.500	45.000	45.000	45.000	50.000	4.050	11.250	13.500	17.606
Melancia	70	50	300	300	315	225	7.500	7.500	158	113	5.250	3.375
Milho (em grão)	3.350	3.600	2.500	2.500	6.129	4.320	4.800	4.800	3.677	2.592	3.038	3.161
Tomate	5	-	50	50	100	-	2.750	1.750	120	-	6.875	3.500

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 15. Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2013-2015.

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Abacaxi (mil frutos)	25	50	50	510	1.000	1.000	434	1.000	1.000
Arroz (em casca)	1.500	-	-	780	-	-	1.950	-	-
Feijão (em grão)	2.500	1.600	1.600	50.000	832	960	50.912	2.330	1.920
Mandioca	330	2.500	2.550	7.500	50.000	46.400	7.500	57.600	34.620
Melancia	3.000	330	330	4.800	7.425	6.600	3.014	7.425	3.300
Milho (em grão)	600	3.200	4.000	1.620	8.000	6.400	1.069	5.064	4.608
Soja (em grão)	-	-	600	-	-	1.620	-	-	1.782
Tomate	50	50	50	1.750	1.750	1.750	3.408	2.666	2.275

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

A redução na produção é mais visível na lavoura de arroz, porém nas demais plantações temporárias também se observa o paulatino declínio produtivo, o que reforça a tese de que a “superurbanização” de Parauapebas determinando a permanente transformação de áreas rurais em novas áreas periféricas urbanas, desestruturando a produção agrícola.

Com relação à lavoura permanente, esta se manteve estagnada ao longo do período, tanto em termos de área colhida, quanto na produção, observando-se expressivo declínio ou estagnação da produtividade em lavouras importantes como banana e mamão, como verificado nas Tabelas 16 a 18 seguintes, a produtividade de banana mantém-se estagnada em 12,5 Ton/Ha e no caso do mamão declina de 40 Ton/ha no início da década (2000) para 20 Ton/Ha em 2010, mantendo neste mesmo patamar em 2015.

Tabela 16. Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanentes 2005-2008.

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Banana	1.430	1.460	1.500	1.500	17.875	18.250	18.750	18.750	4.469	7.300	7.500	5.625
Cacau (em amêndoa)	80	80	80	80	89	89	88	68	249	249	308	238
Café (em grão)	150	150	150	150	165	165	165	165	215	215	297	297
Coco-da-Baía (mil frutos)	60	60	80	80	480	480	640	640	144	240	192	160
Mamão	80	65	65	65	3.200	2.600	2.600	2.600	800	1.820	1.300	1.352
Maracujá	20	30	30	20	200	300	300	200	120	240	300	200
Pimenta-do-Reino	90	60	50	60	144	96	80	96	360	240	336	317

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 17. Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanentes 2009-2012.

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Banana	1.500	1.500	1.400	1.500	18.750	18.750	17.500	17.500	7.500	7.500	7.000	10.938
Cacau (em amêndoa)	80	80	80	90	68	68	64	64	306	306	320	227
Café (em grão)	150	150	40	40	165	165	44	44	297	380	57	57
Coco-da-Baía (M frutos)	80	120	120	120	640	960	960	600	320	480	960	300
Mamão	75	84	75	75	1.500	1.680	1.500	1.500	1.500	1.344	1.800	1.965
Maracujá	20	20	15	20	200	200	150	150	240	120	300	207
Pimenta-do-Reino	60	90	40	40	96	144	64	64	365	792	640	576

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 18. Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2013-2015.

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Banana	1.200	1.200	1.300	17.500	15.000	16.250	18.051	21.600	19.500
Cacau (em amêndoa)	90	90	90	64	64	72	243	243	360
Café (em grão) Total	40	20	20	44	22	24	75	66	58
Café (em grão) Canephona	40	20	20	44	22	24	75	66	58
Coco-da-Baía (M frutos)	120	150	200	600	1.200	2.000	552	1.200	2.000
Mamão	75	100	120	1.500	2.00	2.400	1.685	3.000	1.680
Maracujá	30	40	50	480	640	800	996	1.600	1.760
Pimenta-do-Reino	25	15	15	40	24	24	440	288	293

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 19. Quantidade e valor dos produtos da Extração Vegetal 2002-2006

Produtos	Quantidade Produzida (t)					Valor (mil reais)				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
ALIMENTÍCIOS										
Açaí (Fruto)	-	-	-	9	-	-	-	-	8	-
Castanha-do-Pará	11	12	11	-	8	12	12	15	-	11
MADEIRAS										
Carvão Vegetal	55	58	55	12.884	14.700	6	4	7	2.577	3.675
Lenha (m³)	9.000	10.000	10.000	10.000	8.000	14	20	30	35	32
Madeira em Tora (m³)	15.000	25.000	20.000	16.000	14.000	450	1.000	1.300	1.440	1.540

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 20. Quantidade e valor dos produtos da Extração Vegetal 2007-2012

Produtos	Quantidade Produzida (t)						Valor (mil reais)					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
ALIMENTÍCIOS												
Castanha-do-Pará	10	9	10	9	8	7	11	10	10	10	12	13
MADEIRAS												
Carvão Vegetal	15.100	6.350	6.300	6.400	6.000	4.500	2.265	953	630	1.280	900	2.025
Lenha (m³)	8.500	8.000	7.000	8.000	6.500	5.800	85	88	84	100	85	99
Madeira em Tora (m³)	15.000	13.000	10.000	9.500	7.500	6.000	2.025	1.820	1.500	1.520	1.313	1.098

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 21. Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2013-2015

Produtos	Quantidade Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
ALIMENTÍCIOS						
Castanha-do-Pará	6	6	4	14	15	11
MADEIRAS						
Carvão Vegetal	4.400	4.000	1.800	1.980	2.000	720
Lenha (m³)	5.600	5.300	-	101	101	-
Madeira em Tora (m³)	5.600	5.000	-	1.064	1.000	-

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

O Censo Agropecuário de 2006 apontou uma estrutura de ocupação do espaço rural de Parauapebas centrado na pequena produção, sendo que somente 04 (quatro) propriedades declararam ser acima de 1.000 (mil) hectares, não havendo na região do município propriedades superiores a 2.500 hectares. Das propriedades recenseadas cerca de 86% estavam na faixa de até 100 (cem) hectares, conforme pode ser visualizado na Figura abaixo.

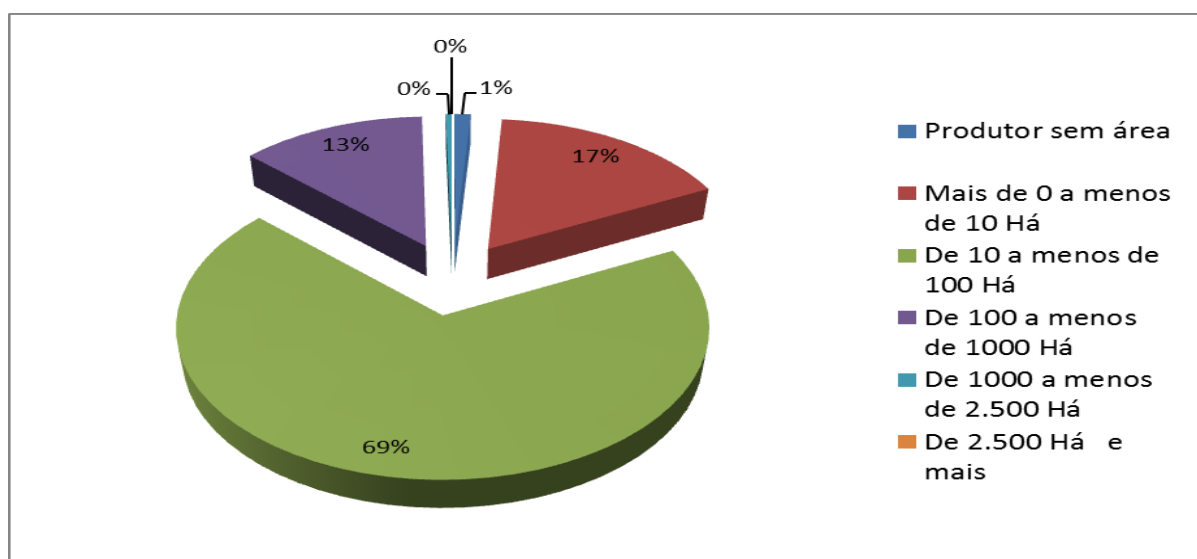


Figura 7: N° de Estabelecimentos Agropecuários em Parauapebas (2006)

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Ainda segundo o Censo 2006 dos 65.276 hectares destinados à agropecuária no município, cerca de 7.215 hectares (11,05%) destina-se as lavouras permanentes e temporárias; 41.376 hectares (63,38%) em pastagens; 13.320 hectares (20,40%) em reservas florestais (reserva legal); 799 hectares (1,22%) em lagos, tanques ou açudes para aquicultura; 1.961 hectares (3,0%) em construções, benfeitorias, terras degradadas e inaproveitáveis e 605 hectares em sistemas agrossilvipastoris.

As tabelas 22 a 24 mostram que uma parcela considerável dos estabelecimentos tem como atividade principal a Pecuária (64,8%), o que se expressou no crescimento do rebanho bovino até 2006, quando o rebanho efetivo era de 247.700 cabeças, declinando a partir de 2007, chegando a 105.000 cabeças em 2015.

Tabela 22: Número de estabelecimentos agropecuários (unidades), por grupos de atividade econômica - Parauapebas e Pará (2006).

Grupo	Parauapebas	Pará
Lavoura temporária	156	74.665
Horticultura e floricultura	95	4.054
Lavoura permanente	78	32.789
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-	25
Pecuária e criação de outros animais	646	75.612
Produção florestal - florestas plantadas	6	3.553
Produção florestal - florestas nativas	13	24.556
Pesca	-	5.629
Aquicultura	2	1.145
Total	996	222.028

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE (2006).

Tabela 23: Principais rebanhos existentes 2005 – 2012.

Tipo de Rebanho	Efetivo							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bovinos	284.751	247.700	129.500	136.800	182.000	158.000	141.000	128.000
Suínos	4.810	4.500	4.100	4.200	4.200	3.390	2.900	2.400
Equinos	4.250	3.750	2.250	2.900	3.300	2.670	2.450	70
Asininos	460	400	300	150	250	205	120	2.100
Muare s	1.685	1.650	1.750	1.200	1.900	2.000	2.150	55
Ovinos	2.215	2.300	1.450	1.150	2.500	2.550	2.100	1.450
Caprinos	850	900	400	550	1.000	810	680	1.900
Galinhas	17.855	16.400	19.100	17.200	19.200	15.550	12.800	380
Galos, frangas, frangos e pintos.	40.030	34.900	28.500	25.800	28.800	23.320	20.600	10.600
Vacas Ordenhadas	16.100	15.200	15.500	13.500	15.000	12.640	12.800	18.300

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 24: Principais rebanhos existentes 2013 – 2015.

Tipo de Rebanho	Efetivo		
	2013	2014	2015
Bovino	119.000	110.000	105.000
Equino	2.600	2.400	2.600
Bubalino	70	85	75
Suíno – Total	1.780	2.100	2.280
Suíno - Matrizes de Suínos	990	1.200	1.300
Caprino	450	800	700
Ovino	1.800	2.200	2.000
Galináceos – Total	27.500	22.300	24.300
Galináceos - galinhas	11.000	8.800	9.600
Codornas	-	-	-

Vacas Ordenhadas	10.700	9.900	9.400
-------------------------	--------	-------	-------

Fonte: IBGE/Pesquisa Pecuária Municipal

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Nota 1: A série de efetivos dos rebanhos, por tipo, foi encerrada no ano de 2012, iniciando uma nova série a partir de 2013

Nota 2: Os dados sobre matrizes de suínos só estão disponíveis a partir de 2013.

Tabela 25: Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2002-2006

Produtos	Quantidade Produzida					Valor (mil reais)				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
Leite de Vaca (mil L)	3.708	4.212	4.500	6.526	6.156	853	927	1.260	1.827	1.785
Ovos Galinha (mil dz)	37	42	47	45	41	56	66	94	112	123
Mel de Abelha (kg)	-	1.000	1.000	1.100	1.300	-	11	12	17	21

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 26: Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2007-2012

Produtos	Quantidade Produzida						Valor (mil reais)					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Leite de Vaca (mil L)	6.975	6.210	6.900	5.814	5.900	5.290	2.651	1.863	2.415	2.209	3.009	3.968
Ovos Galinha (mil dz)	48	43	48	39	32	27	167	159	192	156	160	119
Mel de Abelha (kg)	1.500	1.750	1.900	2.000	2.200	2.500	15	21	29	30	40	45

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 27: Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2013-2015

Produtos	Quantidade Produzida			Valor (mil reais)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Leite de Vaca (mil L)	4.922	4.100	3.901	2.953	2.255	2.341
Ovos de Galinha (mil Dúzias)	28	22	24	151	132	156
Ovos de Codorna (mil Dúzias)	-	-	-	-	-	-
Mel de Abelha (kg)	3.000	3.500	3.800	60	84	95

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

- O DESEMPENHO DA ECONOMIA EXTRATIVA MINERAL

Considerando a evolução do PIB e Emprego, nota-se um longo ciclo de crescimento econômico em Parauapebas, que mesmo com a crise de 2009 manteve-se em alta, mas que começa a declinar a partir de 2011.

Figura 8: Evolução PIB e Emprego em Parauapebas (2003-2014)

Fonte: IBGE. RAIS/MTE.

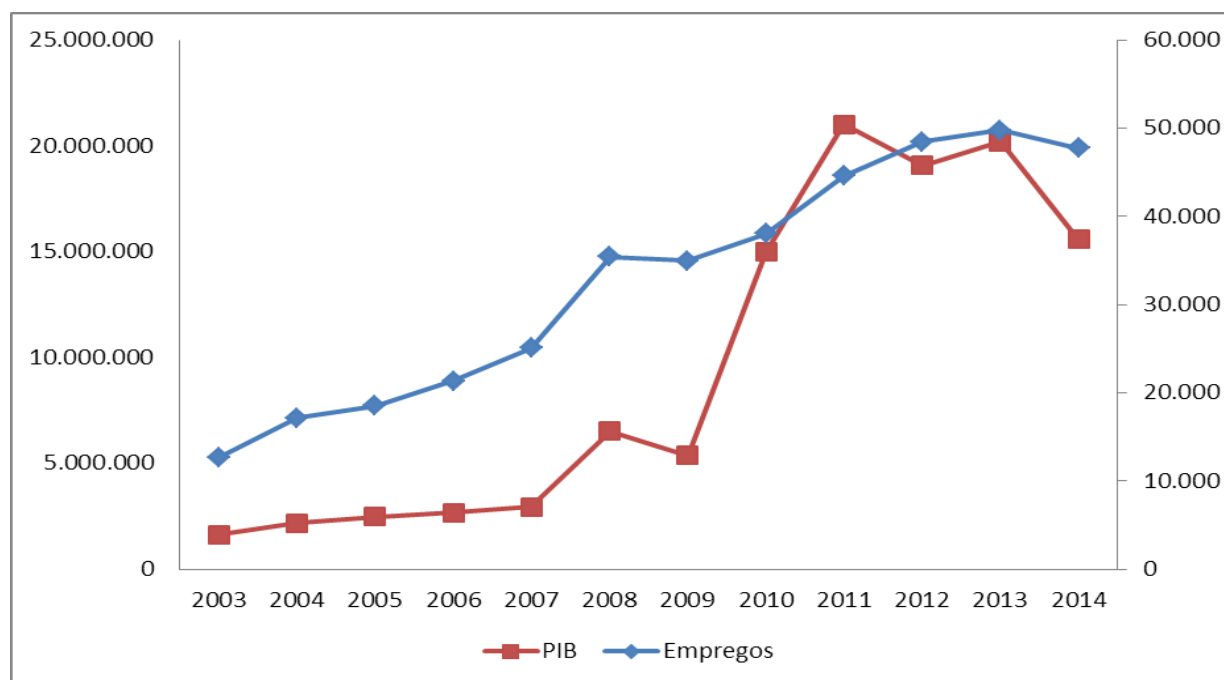


Tabela 28: Produto Interno Bruto a preços correntes - Parauapebas 2002 – 2014 em 1.000 R\$

Ano	PIB			PIB PERCAPITA	
	Valor (R\$ Mil)	Participação	Ranking no Estado	Valor (R\$)	Ranking no Estado
2002	1.396.407	5,27	2	17.291	1
2003	1.649.253	5,45	2	19.546	1
2004	2.194.271	5,89	2	24.789	2
2005	2.476.363	6,11	2	27.028	2
2006	2.673.716	5,81	3	28.078	2
2007	2.955.019	5,70	3	22.169	4
2008	6.522.232	10,70	2	44.880	2
2009	5.373.091	8,71	2	35.170	1
2010	14.985.170	18,12	2	97.343	1
2011	21.013.984	21,29	2	131.150	1
2012	19.080.395	17,82	2	114.706	1
2013	20.198.715	16,66	2	114.387	1
2014	15.568.461	12,50	2	84.910	2

Fonte: FAPESPA/IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Como já assinalado, o PIB de Parauapebas apresenta expressiva participação no PIB paraense, sendo crescente essa participação ao longo dos anos, atingindo 21,29% em 2011, claramente resultante do ciclo mineral, constituindo o município o principal ponto da rede de cidades mineradoras do estado do Pará.

Ao decompor o PIB nos três setores básicos, observa-se, do mesmo modo, a perda de importância da agropecuária na economia local, sendo que, como já analisado, as atividades urbanas subordinam as atividades rurais, de tal forma que o valor agregado bruto da agropecuária cai quase à metade em uma década, mesmo que inicialmente tenha tido pequeno crescimento, considerando que em 2002 participava com 1,14% do PIB, já em 2009, representava somente 0,67% do mesmo, tendo uma pequena recuperação em 2014 quando sua participação voltou a representar mais de 1%, como se observa na Tabela 29 abaixo.

Tabela 29: Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 2002-2014 (R\$ Mil)

Ano	Agropecuário		Indústria		Serviços		V.A
2002	14.901	1,14%	882.332	67,69%	406.278	31,17%	1.303.510
2003	19.147	1,27%	1.023.869	67,90%	464.881	30,83%	1.507.897
2004	27.921	1,36%	1.384.914	67,68%	633.326	30,95%	2.046.161
2005	34.937	1,53%	1.538.671	67,17%	717.207	31,31%	2.290.815
2006	40.265	1,64%	1.602.647	65,44%	805.960	32,91%	2.448.872
2007	33.661	1,25%	1.629.477	60,47%	1.031.548	38,28%	2.694.685
2008	32.744	0,52%	4.773.661	76,23%	1.455.622	23,25%	6.262.027
2009	33.818	0,67%	3.474.559	68,54%	1.561.083	30,79%	5.069.459
2010	56.643	0,39%	11.965.462	82,00%	2.569.542	17,61%	14.591.647
2011	68.890	0,34%	17.073.921	83,30%	3.353.117	16,36%	20.495.928
2012	77.216	0,42%	14.665.539	79,67%	3.664.630	19,91%	18.407.385
2013	147.745	0,76%	15.478.156	79,21%	3.915.713	20,04%	19.541.614
2014	163.139	1,09%	10.880.509	72,57%	3.949.042	26,34%	14.992.689

Fonte: FAPESPA/IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Por mais que o crescimento do PIB paraense e de outras unidades federativas seja impactado pela dinâmica mineral, como mostram as taxas de crescimento paraense acima das taxas brasileiras, porém a grande repercussão se dá no município de Parauapebas e no seu entorno. Esse maior impacto sobre a microrregião de Carajás é que possibilitou uma grande variação no PIB per Capita local. Enquanto o PIB per capita paraense é a metade do brasileiro (em 2014 o PIB per capita estadual foi de R\$ 15.431,00), o de Parauapebas é quase três vezes do nacional e seis vezes o paraense.

Tabela 30: PIB per Capita - Belém, Parauapebas e Pará (2002 - 2014) (em R\$).

Unidade/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Belém	7.951	8.190	9.197	10.199	11.097	12.030	13.506	15.282	18.691	19.033	20.034
Parauapebas	24.789	27.028	28.078	22.169	44.880	35.170	97.343	131.150	114.706	114.387	84.910
Pará	5.441	5.813	6.467	7.338	8.326	8.298	10.875	12.839	13.741	15.211	15.431

Fonte: IBGE, FAPESPA 2016

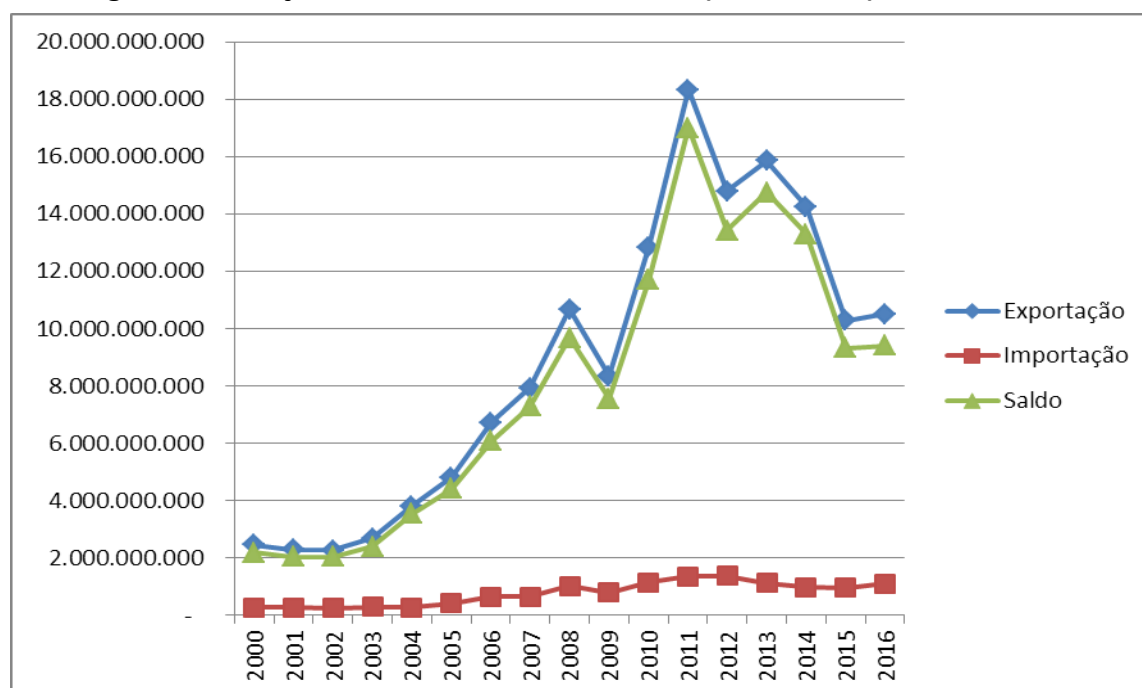
Do mesmo modo, Parauapebas representa parcela expressiva da pauta exportadora paraense, isso em função do peso que o produto minério de ferro tem na mesma, como se observa na Tabela 31, seguinte.

Tabela 31: Participação das exportações, importações e saldo comercial de Parauapebas na balança comercial do Pará, 2000-2016 (%)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2000	31,59	6,13	34,64
2001	35,41	12,41	38,30
2002	33,44	14,41	35,73
2003	27,38	17,49	28,58
2004	26,48	29,15	26,28
2005	30,01	25,28	30,45
2006	29,57	45,58	27,86
2007	29,30	13,59	30,67
2008	35,93	9,69	38,67
2009	46,01	20,09	48,74
2010	61,51	29,90	64,61
2011	65,53	21,33	69,02
2012	60,55	22,28	64,45
2013	63,59	17,00	67,10
2014	53,43	13,55	56,33
2015	38,98	16,38	41,27
2016	45,33	6,68	49,87

Fonte: MDIC (2017).

Figura 9- Balança comercial do Estado do Pará (2000 - 2016)



Fonte: MDIC 2017

No caso de Parauapebas os números demonstram a expressiva contribuição local para o desempenho da balança comercial brasileira e paraense.

Tabela 32: Balança Comercial de Parauapebas – 2000/2016 (US\$ FOB)

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ FOB (A)	Var%	US\$ FOB (B)	Var%	US\$ FOB (A) - (B)
2000	771.304.420	0,00	15.982.076	0,00	755.322.344
2001	810.538.512	5,09	31.772.312	98,80	778.766.200
2002	758.003.958	-6,48	35.172.019	10,70	722.831.939
2003	733.011.005	-3,30	50.901.409	44,72	682.109.596
2004	1.007.504.958	37,45	78.343.041	53,91	929.161.917
2005	1.442.931.012	43,22	102.251.569	30,52	1.340.679.443
2006	1.983.193.116	37,44	293.638.618	187,17	1.689.554.498
2007	2.321.688.109	17,07	86.860.946	-70,42	2.234.827.163
2008	3.836.985.671	65,27	98.000.494	12,82	3.738.985.177
2009	3.839.570.234	0,07	159.625.128	62,88	3.679.945.106
2010	7.894.717.018	105,61	343.188.992	115,00	7.551.528.026
2011	12.015.248.525	52,19	287.172.472	-16,32	11.728.076.053
2012	8.959.213.748	-25,43	304.682.030	6,10	8.654.531.718
2013	10.079.920.849	12,51	188.952.168	-37,98	9.890.968.681
2014	7.619.358.777	-24,41	131.008.744	-30,67	7.488.350.033
2015	4.004.559.428	-47,44	154.810.447	18,17	3.849.748.981
2016	4.764.915.514	18,99	73.716.228	-52,38	4.691.199.286

Fonte: MDIC (2017)

Observa-se que as condições de desenvolvimento regional e local são mais agravadas pela relação contraditória entre desoneração da exportação de bens primários e semielaborados. As cadeias de produção primário-exportadoras são muito curtas, o que estabelece a incapacidade de apropriação de rendas minerárias que pudessem definir novos padrões sociais e ambientais para a região. A desoneração tributária para exportação desse tipo de bem estabelecida pela Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir) deixa os estados exportadores de minério apenas com o ônus ambiental e social, sem o devido retorno, seja tributário, seja oriundo de acordo federativo.

Assim, mesmo considerando a permanência da exploração mineral por mais algumas décadas, o quadro de incertezas deve paulatinamente se acirrar, exigindo estratégias políticas que busquem a construção de alternativas de desenvolvimento econômico para o município.

Tabela 33: Principais produtos exportados, 2006/2011 e 2016 (US\$ FOB)

2006		
Produtos	US\$ FOB	%
1. Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	1.982.937.043	99,99
2. Outros motores diesel/ semidiesel.	256.073	0,01
Total	1.983.193.116	100,00
2011		
Produtos	US\$ FOB	%
1. Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	11.770.815.145	97,97
2. Outros minérios de manganês	240.159.495	2,00
3. Outs. pneus novos p/veics.constr.aro>=1143 mm	4.273.885	0,04
Total	12.015.248.525	100,00
2016		
Produtos	US\$ FOB	%
1. Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	4.648.242.688	97,55
2. Minérios de manganês e seus concentrados, incluídos os minérios de manganês ferruginosos e seus concentrados, de teor de manganês de => 20%, em peso, sobre o produto seco.	115.231.985	2,42
3. Grupos electrogéneos e conversores rotativos, elétricos.	470.247	--
4. Tubos de borracha vulcanizada não endurecida, mesmo providos dos respectivos acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges,	150.895	--

uniões)		
5. Parafusos, pernos ou pinos, roscados, porcas, tira-fundos, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos ou troços, anilhas ou arruelas (incluídas as de pressão) e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço.	97.856	--
6. Outros Produtos	721.843	--
Total	4.764.891.244	100,00

Fonte: MDIC (2017).

Como pode ser visto na Tabela 33 acima, 99,9% do que era exportado em 2006 constituía-se de Minério de Ferro, sendo que em 2011 os números somente aumentaram, porém os produtos da pauta só não foram os mesmos pela presença, desde 2009, do Minério de Manganês, o que determina o forte peso dos bens intermediários na pauta de exportação das contas nacionais. Em 2016, apesar da presença de novos grupos de produtos, os percentuais de participação do minério de ferro e manganês continuam representando 99% do total das exportações de Parauapebas.

Tabela 34: Exportações por setores de contas nacionais, 2006/ 2011/ 2016 (US\$ FOB)

Descrição	2006 (JAN - DEZ)		2011 (JAN - DEZ)		2016 (JAN - DEZ)	
	US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %
TOTAL DA AREA	1.983.193.116	100,00	12.015.248.525	100,00	4.764.915.514	100,00
BENS DE CAPITAL	256.073	0,01	0	0	938.137	0,02
BENS DE CAPITAL (EXC.EQUIP.DE TRANSPORTE USO INDUSTR.)	256.073	0,01	0	0	938.137	0,02
BENS DE CONSUMO	0	0	0	0	56.198	--
BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS	0	0	0	0	43.543	--
BENS DE CONSUMO DURAVEIS	0	0	0	0	12.655	--
BENS INTERMEDIARIOS	1.982.937.043	99,99	12.015.248.525	100,00	4.763.881.915	99,98
INSUMOS INDUSTRIAIS	1.982.937.043	99,99	12.010.974.640	99,96	4.763.813.944	99,98
PECAS E ACESSORIOS DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	0	0	4.273.885	0,04	67.971	--
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0	0	0	0	39.264	--
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0	0	0	0	39.264	--

Fonte: MDIC (2017).

Tabela 35: Exportações por principais países, 2006 e 2016 (US\$ FOB)

2006		
País	US\$ FOB	%
1. CHINA	558.148.880	28,14
2. JAPAO	364.075.065	18,36
3. ALEMANHA	259.248.926	13,07
4. COREIA DO SUL	163.277.077	8,23
5. FRANCA	126.606.579	6,38
Outros	511.836.589	25,81
Total	1.983.193.116	100
2016		
País	US\$ FOB	%
1. CHINA	2.802.192.423	58,81
2. MALASIA	406.016.950	8,52
3. JAPAO	338.524.037	7,10
4. PAISES BAIXOS (HOLANDA)	278.487.810	5,84
5. COREIA DO SUL	173.614.477	3,64
Outros	766.079.817	16,09
Total	4.764.915.514	100

Fonte: MDIC (2017).

Como antes observado, a pauta de importação constitui-se quase que exclusivamente de Bens de Capital e Bens Intermediários destinados à indústria extrativa mineral, não havendo substancial alteração quanto aos setores registrados nas contas nacionais (conferir Tabela 36 e 37) entre os anos de 2006 e 2016.

Tabela 36: Produtos importados, 2006 e 2016 (US\$ FOB)

2006		
PRODUTOS	US\$ FOB	Part %
1. Dumpers P/Transp. Mercadoria>=85 t,Util.For De Rodovias	114.259.786	38,91
2. Escavadoras Capacid. Carga>=19m3,Pot.No Volante>=650hp	44.915.001	15,30
3. Carregadoras/Pas-Carregadoras,De Pot.No Volante>=399hp	32.979.813	11,23
4. Outs. Escavadoras Com Capacid. Carga>=19m3 ..	13.518.161	4,60
5. "Bulldozers" E "Angledozer",De Lagartas, De Pot.>=520hp	12.580.491	4,28
Outros	75.385.366	25,67
Total	293.638.618	100,00
2016		
PRODUTOS	US\$ FOB	Part %
1. Pneumáticos novos, de borracha.	31.509.590	42,74
2. Outras máquinas e aparelhos de elevação, de carga, de descarga ou de movimentação (por exemplo: elevadores, escadas rolantes, transportadores, teleféricos).	9.963.033	13,52
3. Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas às	9.752.906	13,23

máquinas e aparelhos das posições 8425 a 8430		
4. Parafusos, pernos ou pinos, roscados, porcas, tira-fundos, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos ou troços, anilhas ou arruelas (incluídas as de pressão) e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço	2.352.898	3,19
5. Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705.	1.884.856	2,56
Outros	18.252.945	24,76
Total	73.716.228	100,00

Fonte: MDIC (2017).

Tabela 37: Importações por setores de contas nacionais, 2006/2011/ 2016 (US\$ FOB)

Descrição	2006 (JAN - DEZ)		2011 (JAN – DEZ)		2016 (JAN - DEZ)	
	US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %
TOTAL DA ÁREA	293.638.618	100	286.869.412	100	73.716.228	100,0
BENS DE CAPITAL	211.191.097	73,62	211.191.097	73,62	31.222.839	42,36
BENS DE CAPITAL (EXC. EQUIP. DE TRANSPORTE USO INDUSTR.)	158.572.162	54	142.137.003	49,55	31.222.682	42,36
EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE DE USO INDUSTRIAL	114.259.786	38,91	69.054.094	24,07	157	--
BENS DE CONSUMO	1.063.060	0,36	646.272	0,23	1.254.140	1,70
BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS	151.831	0,05	85.937	0,03	1.096.563	1,49
BENS DE CONSUMO DURAVEIS	911.229	0,31	560.335	0,2	157.577	0,21
BENS INTERMEDIARIOS	19.456.491	6,63	73.082.738	25,48	40.454.972	54,88
PECAS E ACESSORIOS DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	16.465.261	5,61	48.565.973	16,93	34.283.472	46,51
INSUMOS INDUSTRIAIS	2.991.230	1,02	24.505.552	8,54	6.171.500	8,37
ALIMENTOS E BEBIDAS DESTINADOS A INDÚSTRIA.	0	0	11.213	0	0	0
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	287.119	0,1	1.949.305	0,68	784.277	1,06
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	287.119	0,1	1.949.305	0,68	784.277	1,06

Fonte: MDIC (2017).

Observando a procedência dos bens importados, temos uma importante mudança, nos últimos 10 anos, a China que até 2006 não aparecia como principal origem de importação passa a sê-lo desde 2011, chegando a ser o segundo centro de importação, atrás apenas dos Estados Unidos, superando países industriais tradicionais como o Japão.

Tabela 38: Importações por principais países, 2006/2011 e 2016 (US\$ FOB).

2006		
País	US\$ FOB	%
1. ESTADOS UNIDOS	191.946.018	65,37
2. ALEMANHA	49.649.514	16,91
3. JAPAO	34.066.408	11,60
4. ESPANHA	8.374.820	2,85
5. CHILE	2.236.094	0,76
6. Outros	7.365.764	2,51
Total	293.638.618	100,00
2011		
País	US\$ FOB	%
1. ESTADOS UNIDOS	203.397.004	70,90
2. ALEMANHA	35.268.587	12,29
3. CHINA	12.025.773	4,19
4. ESPANHA	9.548.046	3,33
5. CHILE	7.832.850	2,73
6. Outros	18.797.152	6,55
Total	286.869.412	100,00
2016		
País	US\$ FOB	%
1. ESTADOS UNIDOS	36.657.843	49,73
2. CHINA	11.629.646	15,78
3. ESPANHA	10.229.413	13,88
4. JAPAO	4.802.135	6,51
5. ALEMANHA	2.137.944	2,90
6. Outros	8.259.247	11,20
Total	73.716.228	100,00

Fonte: MDIC (2017).

- INDICADORES SOCIAIS E AMBIENTAIS

O desenvolvimento local obrigatoriamente relaciona-se com a qualidade dos indicadores sociais, sendo que quanto melhores os indicadores em determinado período de tempo mais facilmente pode-se implementar políticas estratégicas de alteração do padrão produtivo, isso principalmente em função da existência de fatores locais que atraem novos investimentos e, pela capacidade institucional e organizacional presente que possibilita a eleição de novas prioridades e estimula a construção de alternativas econômicas e sociais de grande impacto.

De especial importância os indicadores educacionais e de saúde pública, pois ambos definem de um lado a capacidade local de decisão quanto ao estabelecimento de eixos de futuro, os quais requerem políticas de aprendizagem institucional relativamente complexas e, por outro, a disponibilidade de meios públicos que garantam qualidade na saúde torna o ambiente local mais seguro para o estabelecimento de novos empreendimentos, assim como atrai força de trabalho de melhor qualificação.

- INDICADORES EDUCACIONAIS

Os indicadores educacionais constituem componentes indissociáveis do debate de desenvolvimento. A educação é importante elemento a se levar em conta nas tomadas de decisões e na implementação de políticas de desenvolvimento local.

Os indicadores mostrados abaixo foram desenvolvidos pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), sendo que o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo anual do Sistema FIRJAN que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, de leitura simples, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhores os indicadores sociais da localidade.

A Tabela 39 demonstra que em todos os aspectos medidos pelo referido Índice, Parauapebas apresentou melhores indicadores que o estado do Pará, sendo que esta performance somente se consolidou nos últimos anos, o que pode estar vinculado, por um lado, ao ciclo produtivo mineral, principalmente no fator emprego e renda, porém as políticas públicas de educação e saúde constituem forte aspecto influenciador. Assim, até 2000 os indicadores de Parauapebas eram inferiores ao estado do Pará, especialmente os indicadores de educação e saúde. O indicador de emprego e renda já era superior, já que as atividades econômicas referentes ao ciclo mineral teve seu início nos primeiros anos da década de 1980. O salto de qualidade como apontam os dados se deu especialmente a partir de 2005.

Tabela 39: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Parauapebas, 2005 -2013.

IFDM - Geral									
Local	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Parauapebas	0,6430	0,6733	0,7246	0,7345	0,7356	0,7612	0,7708	0,7894	0,7220
Pará	0,3935	0,4058	0,4199	0,4301	0,4500	0,4589	0,4756	0,4954	0,5012
IFDM – Emprego e Renda									
Local	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Parauapebas	0,7590	0,8791	0,8955	0,8953	0,8157	0,8657	0,8663	0,8933	0,6804
Pará	0,4368	0,4635	0,4437	0,4133	0,4262	0,4362	0,4371	0,4603	0,4316
IFDM – Educação									
Local	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Parauapebas	0,6108	0,5450	0,6148	0,5766	0,6349	0,6351	0,6587	0,6754	0,6943
Pará	0,3840	0,3866	0,4332	0,4624	0,4936	0,4980	0,5272	0,5404	0,5582
IFDM – Saúde									
Local	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Parauapebas	0,5592	0,5960	0,6635	0,7316	0,7563	0,7827	0,7874	0,7995	0,7913
Pará	0,3540	0,3611	0,3824	0,4104	0,4283	0,4410	0,4612	0,4814	0,5117

Fonte: IFDM 2015 – Ano base 2013/ IFDM Nova serie histórica: 2005 a 2013.

O IFDM-Educação demonstra um bom desempenho alcançado pelo município de Parauapebas, considerando o patamar inicial, inferior ao indicador estadual e crescente ao longo dos últimos dez anos.

Tabela 40: Índice de Desempenho da Educação Básica – IDEB (2005-2015)

Local	Anos Iniciais						Anos Finais					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Parauapebas	3,5	3,7	4,7	4,9	5,0	5,6	3,4	3,4	4,1	4,4	4,2	4,6
Pará	2,8	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5	3,3	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8

Fonte: INEP (2017).

O IDEB (Índice de Desempenho da Educação Básica) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar. Como pode ser visto na Tabela 40 acima, houve uma progressão bastante efetiva nos indicadores municipais, o que deve refletir as políticas públicas de educação dos últimos anos, considerando a responsabilidade do município sobre o ensino básico.

A melhora nos indicadores qualitativos também foi acompanhada de melhoras nos indicadores quantitativos, como por exemplo, o total de matrículas realizadas. Entre 2000 e 2015, o número total de matriculados nos três níveis (Infantil, Fundamental e Médio) quase que triplicou, passando de 20.954 para 61.333 matrículas (Ver tabela 41).

Tabela 41: Matrícula por dependência administrativa e graus de ensino 2000-2015.

Ano	Graus	Matrícula				
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000	Pré-Escolar	-	-	258	279	537
	Ensino Fundamental	-	6.585	9.618	1.046	17.249
	Ensino Médio	-	3.011	-	157	3.168
2001	Pré-Escolar	-	-	1.670	284	1.954
	Ensino Fundamental	-	7.324	9.554	1.385	18.263
	Ensino Médio	-	3.475	-	184	3.659
2002	Pré-Escolar	-	-	1.879	466	2.345
	Ensino Fundamental	-	8.799	9.725	1.687	20.211
	Ensino Médio	-	4.025	-	242	4.267
2003	Pré-Escolar	-	-	4.706	483	5.189
	Ensino Fundamental	-	-	18.935	1.606	20.541
	Ensino Médio	-	4.745	-	311	5.056
2004	Pré-Escolar	-	-	4.928	638	5.566
	Ensino Fundamental	-	-	19.446	1.677	21.123
	Ensino Médio	-	5.634	-	371	6.005
2005	Pré-Escolar	-	-	6.010	570	6.580
	Ensino Fundamental	-	-	20.724	1.963	22.687
	Ensino Médio	-	6.703	-	447	7.150
2006	Pré-Escolar	-	-	5.857	449	6.306
	Ensino Fundamental	-	-	22.222	1.870	24.092
	Ensino Médio	-	7.375	-	456	7.831
2007	Pré-Escolar	-	-	5.668	624	6.292
	Ensino Fundamental	-	-	23.131	2.042	25.173
	Ensino Médio	-	6.753	-	375	7.128
2008	Pré-Escolar	-	-	5.785	688	6.473
	Ensino Fundamental	-	-	24.778	2.106	26.884
	Ensino Médio	-	6.415	-	391	6.806
2009	Pré-Escolar	-	-	4.775	875	5.650
	Ensino Fundamental	-	-	26.999	2.303	29.302
	Ensino Médio	-	6.301	-	441	6.742
2010	Pré-Escolar	-	-	5.012	1.062	6.074
	Ensino Fundamental	-	-	27.199	2.732	29.931
	Ensino Médio	-	6.743	-	454	7.197
2011	Pré-Escolar	-	-	5.424	1.176	6.600
	Ensino Fundamental	-	-	29.062	2.708	31.770
	Ensino Médio	-	5.691	-	500	6.191
2012	Pré-Escolar	-	-	5.719	1.327	7.046
	Ensino Fundamental	-	-	31.022	3.529	34.551
	Ensino Médio	-	7.447	-	715	8.162

2013	Pré-Escolar	-		6.474	2.047	8.521
	Ensino Fundamental	-		34.837	3.821	38.658
	Ensino Médio	-	8.458	-	828	9.286
2014	Pré-Escolar	-	-	6.951	1.432	8.383
	Ensino Fundamental	-	-	36.903	3.731	40.634
	Ensino Médio	-	9.673	-	858	10.531
2015	Pré-Escola	-	-	7.213	1.286	8.499
	Ensino Fundamental	-	-	37.689	3.832	41.521
	Ensino Médio	-	10.421	-	892	11.313

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Mesmo considerando a grande positividade dos indicadores acima, ainda há indicadores negativos, os quais devem ser objeto de preocupação dos gestores públicos municipais. Especialmente os indicadores de “distorção idade-série”³ e “aprovação média” devem ser detidamente analisados e planejadas ações de alteração do quadro.

Mostramos em seguida nas Tabelas 42 a 44 os indicadores de distorção e aprovação média.

³ Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração, normalmente, é de 8 anos. Este indicador permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. Para conferir o cálculo detalhado do indicador ver: Glossário de Termos, variáveis e indicadores educacionais do Inep: <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/glossario.html>, último acesso 03/04/2012.

Tabela 42: Taxa de Distorção Idade-Série 2010- Parauapebas

Localização	Rede	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos												Ensino Médio				
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Total	Total	21,4	1,9	5,3	20,1	17,8	23,2	31,7	31,2	27,9	27,7	1,9	5,3	46,2	48,5	42,2	46,9	--
Total	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	48,7	51,1	44,2	49,7	--
Total	Municipal	23,1	2	5,8	22,8	19	24,8	33,7	33,3	29,8	29,5	2	5,8	--	--	--	--	--
Total	Privada	3,9	1,1	1,6	1,8	5,1	4,8	3,5	2,8	7,2	10,1	1,1	1,6	8,8	8,4	10,2	8	--
Total	Pública	23,1	2	5,8	22,8	19	24,8	33,7	33,3	29,8	29,5	2	5,8	48,7	51,1	44,2	49,7	--
Urbana	Total	19,9	1,1	4,7	16,8	15,6	21,7	30	29,7	26,7	27,3	1,1	4,7	46,2	48,5	42,2	46,9	--
Urbana	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	48,7	51,1	44,2	49,7	--
Urbana	Municipal	21,8	1,1	5,2	19,3	16,7	23,4	32	31,9	28,7	29,1	1,1	5,2	--	--	--	--	--
Urbana	Privada	3,9	1,1	1,6	1,8	5,1	4,8	3,5	2,8	7,2	10,1	1,1	1,6	8,8	8,4	10,2	8	--
Urbana	Pública	21,8	1,1	5,2	19,3	16,7	23,4	32	31,9	28,7	29,1	1,1	5,2	48,7	51,1	44,2	49,7	--
Rural	Total	32,6	7,1	10,3	41,7	34	33,8	45,1	43,2	38,4	33,7	7,1	10,3	--	--	--	--	--
Rural	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Rural	Municipal	32,6	7,1	10,3	41,7	34	33,8	45,1	43,2	38,4	33,7	7,1	10,3	--	--	--	--	--
Rural	Pública	32,6	7,1	10,3	41,7	34	33,8	45,1	43,2	38,4	33,7	7,1	10,3	--	--	--	--	--

Fonte: INEP, 2017

Tabela 43: Taxa de distorção idade-série, 2015 - Parauapebas

Localização	Rede	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos												Ensino Médio				
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Total	Total	13,9	8,5	21,5	2,6	4,3	8,9	10,4	15,8	19,3	25,7	21,2	19,4	37,1	38,7	37,5	33,5	--
Total	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	39,6	40,6	40,2	36,9	--
Total	Municipal	15	9,2	22,7	2,8	4,5	9,5	11,2	16,7	20,7	27,1	22,4	20,2	--	--	--	--	--
Total	Privada	3,7	3	5,4	1,3	3,2	3,1	3,2	4,8	3,1	5,5	6,5	7,6	7,6	10	7,1	5,6	--
Total	Pública	15	9,2	22,7	2,8	4,5	9,5	11,2	16,7	20,7	27,1	22,4	20,2	39,6	40,6	40,2	36,9	--
Urbana	Total	13,1	7,8	20,5	2,3	3,8	8,4	9,1	14,7	18,1	24,2	20,4	19	37	39	37	33,1	--
Urbana	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	40	41,3	40,2	37,1	--
Urbana	Municipal	14,1	8,4	21,6	2,5	3,9	9	9,8	15,7	19,5	25,5	21,7	19,7	--	--	--	--	--
Urbana	Privada	3,7	3	5,4	1,3	3,2	3,1	3,2	4,8	3,1	5,5	6,5	7,6	7,6	10	7,1	5,6	--
Urbana	Pública	14,1	8,4	21,6	2,5	3,9	9	9,8	15,7	19,5	25,5	21,7	19,7	40	41,3	40,2	37,1	--
Rural	Total	29,7	21,7	40,9	7,4	14,3	17,7	30,7	36,1	39,4	51,1	38,6	30	37,7	36,7	40,3	36,2	--
Rural	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	37,7	36,7	40,3	36,2	--
Rural	Municipal	29,7	21,7	40,9	7,4	14,3	17,7	30,7	36,1	39,4	51,1	38,6	30	--	--	--	--	--
Rural	Pública	29,7	21,7	40,9	7,4	14,3	17,7	30,7	36,1	39,4	51,1	38,6	30	37,7	36,7	40,3	36,2	--

Fonte: INEP, 2017

Tabela 44: Taxas de Rendimento Escolar 2000-2015 – Parauapebas

Ano/ Situação	Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Dependência Administrativa				Dependência Administrativa			
	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2000								
Aprovados	-	69,5	63,4	78,9	-	68,2	-	96,8
Reprovados	-	10,4	5,6	1,6	-	6,4	-	3,2
Evadidos	-	20,1	31,0	19,5	-	25,4	-	-
2001								
Aprovados	-	71,9	79,1	97,3	-	72,9	-	99,5
Reprovados	-	11,0	7,0	2,3	-	5,4	-	0,5
Evadidos	-	17,1	13,9	0,4	-	21,7	-	-
2002								
Aprovados	-	81,8	82,3	93,6	-	73,4	-	91,8
Reprovados	-	8,5	9,6	6,1	-	7,4	-	8,2
Evadidos	-	9,7	8,1	0,3	-	19,2	-	-
2003								
Aprovados	-	-	79,0	90,6	-	74,1	-	97,1
Reprovados	-	-	8,9	8,9	-	3,9	-	2,9
Evadidos	-	-	12,1	0,5	-	22,0	-	-
2004								
Aprovados	-	-	79,1	94,8	-	72,9	-	91,7
Reprovados	-	-	10,1	4,8	-	10,0	-	8,0
Evadidos	-	-	10,8	0,4	-	17,1	-	0,3
2005								
Aprovados	-	-	91,8	95,4	-	71,1	-	89,7
Reprovados	-	-	9,1	4,1	-	6,9	-	9,6
Evadidos	-	-	9,1	0,5	-	22,0	-	0,7
2007								
Aprovados	-	-	83,2	96,5	-	65,6	-	93,5
Reprovados	-	-	11,3	3,3	-	8,8	-	5,9
Evadidos	-	-	5,5	0,2	-	25,6	-	0,6
2008								
Aprovados	-	-	85,7	91,5	-	65,1	-	96,6
Reprovados	-	-	8,7	4,9	-	6,9	-	3,4
Evadidos	-	-	5,6	3,6	-	28,0	-	-
2009								
Aprovados	-	-	90,3	96,7	-	69,5	-	90,3
Reprovados	-	-	5,6	3,1	-	7,9	-	9,4
Evadidos	-	-	4,1	0,2	-	22,6	-	0,3
2010								
Aprovados	-	-	93,3	94,8	-	68,1	-	90,7
Reprovados	-	-	2,9	5,0	-	7,2	-	9,3
Evadidos	-	-	3,8	0,2	-	24,7	-	-
2011								
Aprovados	-	-	94,1	96,8	-	64,5	-	92,3
Reprovados	-	-	2,6	2,6	-	12,3	-	7,7
Evadidos	-	-	3,3	0,6	-	23,2	-	-
2012								

Aprovados	-	-	93,5	97,1	-	61,9	-	91,6
Reprovados	-	-	3,5	2,7	-	9,8	-	8,4
Evadidos	-	-	3,0	0,2	-	28,3	-	-
2013								
Aprovados	-	-	93,6	96,8	-	70,3	-	94,0
Reprovados	-	-	2,9	3,0	-	9,3	-	5,9
Evadidos	-	-	3,5	0,2	-	20,4	-	0,1
2014								
Aprovados	-	-	95,4	97,9	-	66,7	-	95,7
Reprovados	-	-	2,2	2,0	-	11,1	-	4,0
Evadidos	-	-	2,4	0,1	-	22,2	-	0,3
2015								
Aprovados	-	-	94,7	97,8	-	70	-	94,4
Reprovados	-	-	3,5	2,2	-	11	-	5,3
Evadidos	-	-	1,8	-	-	19	-	0,3

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Ressalta-se a distância, tanto na Taxa de Distorção Idade-Série, quanto na Taxa de Aprovação, entre as escolas do sistema privado em relação ao sistema público. Uma das principais consequências da distorção idade-série é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando comparados aos alunos regulares, o que pode ser evidenciado pelos resultados inferiores aos esperados nas avaliações nacionais do Ensino Fundamental.

O impacto mais visível desse problema está no abandono da sala de aula, refletindo-se no baixo nível médio de escolaridade da população. Assim, considerando as Tabelas 42 e 43, observa-se que a referida Taxa de Distorção Idade-Série para o Ensino Fundamental em 2010 era de 3,9% para as escolas particulares, e de 23,1% para as escolas públicas. Em 2015, podemos perceber uma melhora no índice que passou a ser de 3,7 para escolas particulares e 15,0 para escolas públicas.

- INDICADORES DE SAÚDE PÚBLICA

O IFDM-Saúde (Tabela 39) demonstra o bom desempenho alcançado pelo município de Parauapebas. Porém, Vale observar outros indicadores, tratando tanto comparativamente com o Estado do Pará, como qualitativamente com os indicadores nacionais, considerando, inicialmente a saúde curativa e, posteriormente, a saúde preventiva.

Tabela 45: Mortalidade por categoria (CID 10) (quantidade) – Parauapebas (2000-2015)

Categoria	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agressões	38	32	47	51	54	67	70	65	87	101	78	92	114	113	140	116
Acidentes	34	42	47	56	39	58	58	50	58	62	77	81	103	120	106	94
Causas mal definidas e desconhecidas mortalidade	33	27	27	27	41	48	19	15	27	41	16	26	22	23	27	7
Doenças cerebrovasculares	12	17	20	22	36	22	28	27	39	40	30	49	41	44	54	53
Neoplasias malignas	16	17	17	31	21	22	28	30	42	34	42	36	44	70	56	59
Doenças isquêmicas do coração	17	17	22	17	18	15	29	34	37	28	31	41	36	43	55	53
Doenças hipertensivas	5	6	3	6	4	12	11	22	17	20	12	24	21	29	20	33
Outras formas de doença do coração	6	12	16	11	11	14	19	21	20	15	23	21	17	23	20	20
Influenza [gripe] e pneumonia	10	8	7	15	14	12	16	23	9	15	24	26	22	34	29	29
Transt respirat e cardiovasc especif per perinatal	18	14	13	15	15	18	9	10	19	13	15	11	15	20	12	19
Diabetes mellitus	2	6	10	11	5	11	16	7	14	12	14	20	25	26	32	34
Lesões autoprovocadas intencionalmente	1	5	7	3	1	6	5	6	10	11	4	5	18	8	4	8
Outras doenças bacterianas	7	6	3	6	7	7	1	7	5	10	4	9	7	12	18	9
Doença pelo vírus da imunodeficiência humana [HIV]	3	7	2	5	5	5	4	14	10	6	10	9	13	12	7	22
Outras doenças do aparelho respiratório	6	3	2	3	6	2	1	1	1	6	10	4	6	6	3	3
Doenças do fígado	3	2	7	3	5	6	11	15	11	6	5	16	10	10	17	26
Fet rec-nasc afet fat mat e compl grav, trab parto	5	1	11	9	13	10	14	14	9	6	12	5	10	3	6	5
Transt relac com a duração gestação e cresc fetal	3	-	-	5	11	8	13	8	7	6	6	8	2	7	4	3
Doenças infecciosas intestinais	2	15	7	12	14	6	6	10	5	4	3	6	0	5	1	3
Tuberculose	1	1	1	2	-	3	-	3	1	4	3	2	2	2	1	9
Outras	52	70	56	69	69	63	76	84	90	82	93	95	114	105	137	159
Total	274	308	325	379	389	415	434	466	518	522	512	586	642	718	749	764

Fonte: Ministério da saúde - DATASUS (2017)

Na medida em que Parauapebas se consolida enquanto cidade de porte médio, porém de grande poder de polarização microrregional, observa-se melhorias das ações de saúde pública. Por outro lado, as condições de crescimento urbano explosivo também cobra o seu preço nos indicadores de causa de mortalidade relacionados a agressão física e acidentes automobilísticos e outros, o que pode ser observado na Tabela 45.

Nas tabelas seguintes pode-se observar dois indicadores fundamentais de evolução do sistema de saúde em Parauapebas: o número de profissionais envolvidos diretamente com a área médica e o número de estabelecimentos especializados. Convém breve observação quanto ao aumento de profissionais que triplicou nos últimos dez anos (2006-2016).

O crescimento do número de estabelecimentos também foi muito expressivo, em dez anos, o número de estabelecimento de saúde em seus diversos tipos mais que duplicou, com destaque para consultórios isolados, o que, provavelmente, está relacionado ao nível de renda médio superior do município, o qual possibilita atrair e fixar profissionais com maior grau de qualificação e interesses de ganhos. No caso específico de equipamentos de saúde pública vale fazer referência a construção e funcionamento do Hospital Geral Municipal, o qual reforça a tendência de polarização na oferta de serviços de saúde.

Tabela 46: Profissionais de Saúde, Segundo Município 2006-2016

Esfera	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Médico	59	74	80	87	98	109	129	151	174	178	182
Odontólogo	28	35	45	47	59	78	86	94	105	114	138
Enfermeiro	31	43	56	51	71	69	107	119	120	131	133
Fisioterapeuta	16	16	19	22	27	33	34	37	36	39	37
Fonoaudiólogo	2	2	7	7	7	10	10	10	8	13	18
Nutricionista	5	5	7	7	9	11	12	14	15	18	18
Farmacêutico	4	12	13	12	15	18	23	16	19	17	18
Assistente Social	4	5	5	5	7	9	7	9	9	13	19
Psicólogo	3	5	5	6	10	12	11	12	14	17	19
Auxiliar de Enfermagem	153	152	120	109	57	41	11	16	11	10	10
Técnico de Enfermagem	81	82	121	150	266	294	418	417	445	464	492
TOTAL	386	431	478	503	626	684	848	895	956	1.014	1084

Fonte: DATASUS/MS. Elaboração: FAPESPA/SEPLAN (Estatista Municipal)

Tabela 47: Estabelecimentos de saúde por tipo (quantidade) – Parauapebas (2006-2016)

Estabelecimentos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Centro de saúde/unidade básica de saúde	5	6	7	4	8	8	13	13	14	14	16
Central de regulação de serviços de saúde	-	-	-	1	1	-	-	1	1	1	1
Clínica/ambulatório especializado	12	13	15	14	23	25	28	36	37	42	49
Consultório isolado	28	33	41	49	49	64	66	67	72	85	104
Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Farmácia	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-
Hospital especializado	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1
Hospital geral	6	6	6	6	7	7	7	7	7	7	6
Hospital dia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Policlínica	2	3	4	4	4	4	4	4	4	4	5
Posto de saúde	12	12	12	11	7	7	5	5	5	5	5
Pronto socorro especializado	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	0
Pronto socorro geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Secretaria de saúde	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	5	5	5	5	4	6	7	10	10	10	11
Unidade de vigilância em saúde	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Unidade mista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unid. móvel de nível pré-hosp-urgência/emergência	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	3
Unidade móvel fluvial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade móvel terrestre	-	-	-	-	-	-	1	1	1	2	1
Outros	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	73	82	96	101	107	126	135	148	156	174	206

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil–2017

Convém, ainda observar, que por mais que a melhoria dos indicadores de saúde tenham sido sensíveis, evoluindo o IFDM-Saúde de 0,55 em 2005 para 0,79 em 2013, o que colocou Parauapebas como o melhor índice setorial estadual, porém muito ainda deve ser feito, principalmente em termos dos aspectos sanitários e de saneamento, fator fundamental para a continuidade da melhoria dos indicadores de saúde pública.

- INDICADORES AMBIENTAIS

O indicador ambiental mais expressivo em termos amazônicos são os referentes ao desmatamento. Como já ponderado anteriormente 90% da área do município são concessões da Companhia Vale, reservas indígenas, reservas ambientais e áreas do Governo Federal, as áreas livres que se destinavam a agropecuária têm sido aos poucos revestidas em áreas urbanas, com isso os dados de desmatamento aparecem bastante estabilizados, como podem ser atestados na Tabela 48 abaixo.

Tabela 48: Área de Desmatamento – Pará e Parauapebas (2007/2015).

Local	Desmatamento (km²)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Parauapebas	Extensão	1265.5 (18.16%)	1293.6 (18.56%)	1298.5 (18.64 %)	1302.7 (18.70 %)	1305.1 (18.73 %)	1309.2 (18.79 %)	1313.4 (18.85 %)	1314.9 (18.87 %)	1316.7 (18.90 %)
	Incremento Área de Floresta	15.3 (0.22 %)	28.0 (0.40 %)	4.9 (0.07%)	4.2 (0.06 %)	2.4 (0.03 %)	4.1 (0.06 %)	4.2 (0.06 %)	1.5 (0.02 %)	1.9 (0.03 %)
Pará	Extensão	236406.8	242092.8	245683.8	249027.8	251446.9	253160.4	255250.4	257034.7	259342.9
	Incremento Área de Floresta	5586.7	5686.0	3591.0	3344.1	2419.0	1713.6	2089.9	1784.3	2308.3

Fonte: INPE/PRODES (2017).

O destino do lixo é o indicador ambiental urbano de maior uso, sendo que Parauapebas progressivamente equaciona a questão, como se observa na Tabela 49, em 2000 cerca de 83% dos domicílios urbanos tinham o serviço de coleta de lixo, em 2010 mais de 98% é atendida com serviço de coleta. A área rural do município não apresentou variação neste indicador, em 2000 69% dos domicílios eram atendidos, permanecendo o mesmo percentual em 2010.

Tabela 49: Domicílios particulares permanentes (unidades), por destino do lixo – Parauapebas (2000 e 2010)

Situação do domicílio	Destino do lixo	2000	2010
Urbana	Coletado	13.125	38.185
	Coletado por serviço de limpeza	12.588	37.478
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	537	707
	Queimado (na propriedade)	1.458	515
	Enterrado (na propriedade)	139	12
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	817	148
	Jogado em rio, lago ou mar	53	4
	Outro destino	94	30
	Total	15.686	38.894
Rural	Coletado	515	2.664
	Coletado por serviço de limpeza	490	2.613
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	25	51
	Queimado (na propriedade)	155	925
	Enterrado (na propriedade)	13	39
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	56	141
	Jogado em rio, lago ou mar	1	3
	Outro destino	6	60
	Total	746	3.832

Fonte: Censos IBGE (2000 e 2010).

- INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Nos últimos anos a segurança pública se tornou o centro da preocupação dos brasileiros, em parte a melhoria das condições de renda e o crescimento econômico um pouco mais vigoroso possibilitou maior inclusão social, porém outros fatores agravaram as condições de segurança, especialmente em áreas urbanas.

Os indicadores de segurança aparecem como os mais problemáticos e que requerem grande atenção das autoridades públicas, sendo esforço necessário para o estabelecimento de condições sociais mais propícias à atração de novos investimentos e estabelecimento de uma cultura de desenvolvimento local. Especificamente os indicadores referentes a acidentes de trânsito merecem particular atenção do Poder Público Municipal, como pode ser atestado na Tabela 52, o que repercute muito intensamente sobre os indicadores de qualidade de vida municipais considerando que os números de acidentes com vítimas em Parauapebas é mais que o dobro dos referentes ao estado do Pará.

Tabela 50: Taxa de homicídios (100.000 Habitantes), Parauapebas e Pará, 2000-2013

Ano	Parauapebas	Pará
2000	54,49	13,02
2001	39,72	15,06
2002	62,58	18,38
2003	58,95	21,03
2004	63,87	22,73
2005	70,95	27,63
2006	72,46	29,13
2007	67,82	30,40
2008	62,62	39,17
2009	68,07	40,28
2010	54,58	46,40
2011	60,54	39,70
2012	78,75	41,50
2013	66,26	43,20

Fonte: IBGE/ IPEADATA/ATLAS DA VIOLENCIA, 2016.

Tabela 51: Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos (100.000 Habitantes), Parauapebas e Pará, 2000-2013

Ano	Parauapebas	Pará
2000	68,34	22,34
2001	69,08	26,75
2002	129,08	32,32
2003	84,09	37,50
2004	119,54	40,55
2005	135,24	51,93
2006	130,11	55,07
2007	115,48	57,01
2008	130,95	73,71
2009	140,11	76,78
2010	84,00	86,8
2011	108,20	77,1
2012	123,60	77,9
2013	90,50	75,8

Fonte: IBGE/IPEADATA/ATLAS DA VIOLENCIA, 2016.

Tabela 52: Taxa de vítimas de acidentes de trânsito (100.000 Habitantes), Parauapebas e Pará, 2000-2013

Ano	Parauapebas	Pará
2000	20,96	11,14
2001	23,83	12,03
2002	25,54	14,08
2003	41,76	13,96
2004	30,75	13,61
2005	32,74	14,50
2006	33,60	14,82
2007	24,29	15,34
2008	22,02	16,03
2009	22,91	14,26
2010	22,74	17,91
2011	26,84	17,77
2012	40,28	19,55
2013	43,61	19,26

Fonte: IBGE/IPEADATA

- PODER MUNICIPAL E CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

- ANÁLISE DA RECEITA MUNICIPAL

As receitas orçamentárias⁴ dos municípios podem ser classificadas, segundo a categoria econômica, em corrente e de capital.

Tabela 53: Receitas Municipais – 2000 a 2004

Receitas Municipais	2000	2001	2002	2003	2004
RECEITA CORRENTE	81.763.179,28	72.070.949,16	86.895.328,3	135.393.082,26	179.251.123,20
Receita Tributária	6.765.634,43	8.337.869,72	10.846.133,8	21.130.566,95	37.605.192,31
<i>Impostos</i>	6.485.853,50	7.989.179,64	10.483.626,15	20.728.599,39	37.147.545,50
- IPTU	120.307,46	280.189,68	324.631,77	309.578,16	466.880,06
- ISS	6.309.655,32	7.650.268,54	8.873.815,37	18.838.784,22	34.482.610,03
- ITBI	55.890,72	58.721,42	56.263,17	94.167,94	134.664,40
- IRRF	-	-	1.228.9156,84	1.486.069,07	2.063.391,01
<i>Taxas</i>	279.780,93	348.690,08	362.507,69	401.967,56	457.646,81
Outras receitas próprias	6.592,986	1.269.077,00	7.699.148,63	7.623.387,11	4.448.666,49
Receitas transferidas	68.404.558,81	62.464.002,46	4.447.392,42	106.639.128,20	137.197.264,40

Fonte: STN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Tabela 54: Receitas Municipais – 2005 a 2010

Receitas Municipais	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITA CORRENTE	202.669.083	236.634.704	295.560.698	367.992.381	407.227.574	505.627.170
Receita Tributária	40.354.940	51.987.507	81.442.895	66.772.546	62.397.719	70.869.589
<i>Impostos</i>	39.467.064	51.221.446	80.683.549	65.543.290	61.105.412	69.401.121
- IPTU	317.916	95.365	350.762	458.388	515.654	428.814
- ISS	36.419.863	47.579.790	76.216.467	62.195.119	54.573.043	61.913.163
- ITBI	127.107	99.457	631.998	549.193	521.791	541.073
- IRRF	2.602.179	3.446.834	3.484.323	2.340.590	5.494.925	6.518.071
<i>Taxas</i>	887.877	766.062	759.346	1.229.256	1.292.308	1.468.469
Outras Rec. Próprias	4.587.790	5.194.635	6.572.177	16.582.477	7.677.717	9.923.640
Receitas Transferidas	157.726.353	179.452.561	207.545.626	284.637.358	337.152.138	424.833.941

Fonte: STN

⁴ Esta classificação obedece a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 que institui as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Tabela 55: Receitas Municipais – 2011 a 2016

Receitas Municipais	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITA CORRENTE	729.432.304	977.090.477	1.259.456.173	1.144.599.135	1.034.663.296	969.405.855
# Receita Tributária	118.886.146	177.860.039	177.191.045	160.976.310	148.453.380	129.131.537
Impostos	117.061.685	175.291.786	172.223.072	156.605.386	144.085.652	124.666.733
- IPTU	498.103	497.885	801.792	882.292	956.605	1.606.867
- ISS	107.791.290	162.520.937	151.823.002	131.102.393	121.164.130	92.621.270
- ITBI	1.356.894	3.083.116	2.971.542	3.951.463	2.776.135	2.209.371
- IRRF	7.415.398	9.189.848	16.626.735	20.669.238	19.188.782	28.229.226
Taxas	1.824.461	2.568.253	4.967.973	4.370.924	4.367.728	4.464.804
# Outras Receitas Próprias	5.218.863	7.240.171	8.421.626	11.664.280	11.469.691	42.576.820
# Receitas Transferidas	591.620.729	773.017.990	1.056.006.877	956.369.535	867.234.079	789.727.796

Fonte: STN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Nota: O total da Receita Própria equivale à soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias.

- Receitas Correntes

Quanto à origem dos recursos, as receitas correntes podem ser classificadas em próprias e/ou oriundas de transferências.

As receitas próprias compreendem basicamente as receitas tributárias, patrimonial, industrial e de serviços. Estas receitas decorrem da geração, arrecadação e administração própria do poder municipal que cobra tributos de sua competência, presta serviços remunerados, realiza atividades empresarias, etc.

a) Receitas Tributárias ou Próprias

As Receitas Tributárias tiveram um resultado muito positivo, saindo de R\$ 6.765.634,43 em 2000 e chegando a R\$ 177.860.039,00 em 2012, porém decaindo a partir de 2013, chegando a R\$ 129.131.537,00 em 2016. Destacaram-se neste crescimento os tributos imobiliários IPTU e ITBI apresentando desempenho expressivo de incremento na arrecadação municipal.

Este crescimento nos tributos de natureza imobiliária se explica basicamente pelo aumento da população e consequentemente pela expansão da base cadastral no município. Convém salien-

tar que a análise de informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda – SEFAZ revelam que o valor da tributação dos imóveis do município não acompanhou a evolução dos preços de mercado. Isto significa que existe um forte potencial para aumentar a arrecadação municipal por meio de medidas de atualização do valor venal dos imóveis, utilizando mecanismos de progressividades e justiça fiscal, modificação da legislação municipal e a introdução de novas tecnologias, novos instrumentos e controles fiscais.

A participação das Receitas Próprias na composição das Receitas Correntes (indicador de autonomia das receitas municipais) demonstra movimentos que estão intimamente vinculados ao comportamento do crescimento das Receitas Corrente, especialmente as originadas pela expansão da Compensação Financeira sobre a Exploração Mineral (CFEM) e da Cota-Parte do ICMS do município.

Tabela 56: Participação da Receita Tributária na Receita Corrente – 2000 a 2016

Ano	Receitas Correntes	Receitas Tributárias	Participação %
2000	81.763.179,28	6.765.634,43	8,27%
2001	72.070.949,16	8.337.869,72	11,57%
2002	86.895.328,30	10.500.660,71	12,08%
2003	135.393.082,26	20.736.973,68	15,32%
2004	179.251.123,20	41.741.207,58	23,29%
2005	202.669.083,44	44.989.337,08	22,20%
2006	236.634.704,10	58.210.478,45	24,60%
2007	295.560.698,00	87.105.721,47	29,47%
2008	367.992.381,20	69.111.220,31	18,78%
2009	407.227.574,13	71.541.609,47	17,57%
2010	505.627.170,42	82.295.784,43	16,28%
2011	729.432.303,97	118.886.145,78	16,30%
2012	977.090.476,70	177.860.039,43	18,20%
2013	1.259.456.172,76	177.191.044,75	14,07%
2014	1.144.559.135,01	160.976.310,35	14,06%
2015	1.034.663.296,19	148.453.379,92	14,35%
2016	969.405.855,46	129.131.536,90	13,32%

Fonte: Finbra/STN 2017.

b) Receitas de Transferências Correntes

As receitas das Transferências Correntes são provenientes das transferências estadual e federal. As transferências estaduais são representadas, principalmente, pela proporção da Cota-

Parte do ICMS⁵, pelo repasse de 50% do produto da arrecadação do Imposto do Estado sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) licenciados no território municipal, Cota IPI Exportação, além de outras transferências estaduais como: 50% das multas do IPVA, 25% das multas do ICMS e 25% da dívida ativa tributária.

As transferências federais advêm do Fundo de Participação do Município (FPM) composto pelo repasse de 22,5% do Imposto Sobre Produto Industrializado – IPI e de 22,5% do Imposto de Renda (IR). Também compõem as transferências da União 50% do Imposto Territorial Rural (ITR), o imposto de Renda Retido na fonte pelo funcionalismo municipal e 25% através da participação no Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados, ou Fundo de Exportação (FPEX).

Na composição das Transferências Correntes verifica-se que do ano 2000 a 2007 as transferências estaduais ao município de Parauapebas eram superiores as receitas transferidas pela União. Isto está associado ao volume da Cota-Parte do ICMS neste período ser superior a CFEM e também em função da baixa participação do FPM até 2006. As transferências da União superaram as estaduais, a partir de 2007, impulsionadas pelo forte crescimento da população que induziu ao aumento do FPM, bem como, ao aumento das exportações de produtos semielaborados, que apesar de contribuir com a ampliação do volume da Cota-Parte do ICMS transferida pelo estado, apresentou crescimento mais expressivo na CFEM. (**Tabela 57**).

Tomando-se os valores das Transferências Correntes em termos per capita, observa-se que este é, em 2016 quase 5 vezes maior que em 2000, partindo-se de R\$ 849,59 per capita em 2000 para R\$ 4.158,19 em 2016.

⁵ O Inciso IV do Art. 158 da Constituição Federal (CF) dispõe que do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), 75% constituem receita dos estados e 25% dos municípios, cujos valores serão repassados a estes de acordo com os índices de participação apurados, mediante os seguintes critérios: 3/4, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e às prestações de serviços realizadas em seus territórios e até 1/4, de acordo com o que dispuser lei estadual.

Tabela 57: Receita de Transferências Correntes

Ano	População	Transferências Correntes	Transferências da União	Transferências do Estado	Transferências Correntes Per Capita
2000	80.515	68.404.558,81	16.033.092,44	35.585.790,66	849,59
2001	75.524	62.464.002,46	17.049.611,36	45.414.391,10	827,07
2002	78.303	68.350.045,83	17.190.187,25	44.860.506,34	872,89
2003	81.428	106.639.128,20	48.274.711,49	53.727.763,45	1.309,61
2004	88.519	137.197.264,40	60.949.639,07	65.325.937,93	1.549,92
2005	91.621	157.726.352,56	29.258.567,39	115.497.712,52	1.721,51
2006	95.225	179.452.561,10	81.074.905,41	82.789.639,96	1.884,51
2007	133.261	207.545.625,70	88.965.963,95	89.100.083,93	1.557,44
2008	145.326	284.637.358,00	146.622.181,20	100.977.701,90	1.958,61
2009	152.777	337.152.137,62	176.245.696,41	116.406.968,13	2.206,83
2010	153.908	424.833.940,65	206.662.301,92	160.188.992,31	2.760,31
2011	160.229	591.620.728,89	322.019.110,84	197.716.216,82	3.692,34
2012	166.342	773.017.990,28	385.074.084,84	301.917.179,29	4.647,16
2013	176.582	1.056.006.877,40	555.284.037,73	414.112.777,95	5.980,26
2014	183.352	956.369.535,34	363.225.232,47	481.609.710,29	5.216,03
2015	183.352	867.234.078,87	280.097.356,98	450.890.873,93	4.729,89
2016	189.921	789.727.796,19	321.357.743,38	318.656.768,88	4.158,19

Fonte: Finbra/STN

Tabela 58: Participação das Transferências Intergovernamentais nas Receitas Correntes - Parauapebas (2000/2016)

Ano	Receitas Correntes	Transf. Correntes	Transf. União	Transf. Estado	% Transf. na RC	% Transf. União na RC	% Transf. Estado na RC
2000	81.763.179,28	68.404.558,81	16.033.092,44	35.585.790,66	83,66	19,61	43,52
2001	72.070.949,16	62.464.002,46	17.049.611,36	45.414.391,10	86,67	23,66	63,01
2002	86.895.328,30	68.350.045,83	17.190.187,25	44.860.506,34	78,66	19,78	51,63
2003	135.393.082,26	106.639.128,20	48.274.711,49	53.727.763,45	78,76	35,66	39,68
2004	179.251.123,20	137.197.264,40	60.949.639,07	65.325.937,93	76,54	34,00	36,44
2005	202.669.083,44	157.726.352,56	29.258.567,39	115.497.712,52	77,82	14,44	56,99
2006	236.634.704,10	179.452.561,10	81.074.905,41	82.789.639,96	75,84	34,26	34,99
2007	295.560.698,00	207.545.625,70	88.965.963,95	89.100.083,93	70,22	30,10	30,15
2008	367.992.381,20	284.637.358,00	146.622.181,20	100.977.701,90	77,35	39,84	27,44
2009	407.227.574,13	337.152.137,62	176.245.696,41	116.406.968,13	82,79	43,28	28,59
2010	505.627.170,42	424.833.940,65	206.662.301,92	160.188.992,31	84,02	40,87	31,68
2011	729.432.303,97	591.620.728,89	322.019.110,84	197.716.216,82	81,11	44,15	27,11
2012	977.090.476,70	773.017.990,28	385.074.084,84	301.917.179,29	79,11	39,41	30,90
2013	1.259.456.172,76	1.056.006.877,40	555.284.037,73	414.112.777,95	83,85	44,09	32,88
2014	1.144.559.135,01	956.369.535,34	363.225.232,47	481.609.710,29	83,56	31,73	42,08
2015	1.034.663.296,19	867.234.078,87	280.097.356,98	450.890.873,93	83,82	27,07	43,58
2016	969.405.855,46	789.727.796,19	321.357.743,38	318.656.768,88	81,47	33,15	32,87

Fonte: Finbra/STN

A análise do nível de dependência das receitas de Transferências Correntes demonstra uma dependência muito elevada que se manteve ao longo do período apresentado. Partiu-se de 83,66% em 2000, apresentando declínio até 2007, momento que revelou o menor nível de dependência com 70,22% e voltou a crescer até atingir o seu nível mais alto em 2010 com 84,02%, apresentando oscilações a partir de então, fechando 2016 em 81,47%.

Chama atenção o peso das transferências da união que demonstrou forte crescimento até 2013. Este comportamento foi impulsionado pela forte arrecadação da CFEM que registrou no ano de 2000 o valor de R\$ 23.660.915,57 e atingiu R\$ 451.715.481,63 em 2013, um aumento de mais de 1000% no período, bem como, pelo crescimento do FPM que no ano de 2000 apresentou uma arrecadação de R\$ 4.586.646,74 e alcançou R\$ 64.018.347,19 em 2013.

As transferências estaduais tiveram redução importante no período, onde a participação era de 43,52% em 2000 e caiu para 32,87% em 2016.

Tabela 59: Principais Transferências Federais e Estaduais – 2000 a 2016

Ano	Cota FPM	Cota ITR	Cota CFEM	LC 87_96 ICMS	Cota ICMS	Cota IPVA	Cota IPI Exportação
2000	4.586.646,74	6.025,12	23.660.915,57	4.080.743,96	27.518.426,28	299.395,42	2.347.675,54
2001	5.213.208,49	10.006,51	30.358.726,72	3.726.234,24	34.590.041,20	319.009,60	2.356.039,01
2002	7.502.535,60	23.595,98	35.216.123,00	4.204.230,72	42.276.308,78	479.186,43	2.105.011,13
2003	7.820.077,10	20.897,80	28.845.345,98	4.228.927,23	48.443.605,68	548.052,23	2.029.271,11
2004	9.221.551,06	21.697,02	30.302.698,94	3.838.973,88	62.641.450,96	713.239,01	1.971.247,96
2005	11.484.274,42	20.579,95	66.050.601,70	3.759.514,82	70.361.399,95	943.021,98	2.199.440,15
2006	12.704.275,51	15.796,46	77.182.521,92	2.010.306,62	78.709.648,37	1.246.935,99	2.637.303,60
2007	15.850.731,42	18.142,58	85.004.148,73	1.982.651,64	84.127.115,43	1.677.301,48	3.071.827,80
2008	23.582.157,49	26.128,22	156.482.202,22	1.916.705,05	94.231.203,56	2.281.227,03	4.029.524,46
2009	44.827.108,28	19.406,16	165.744.836,88	2.059.234,80	109.532.625,32	2.976.043,90	3.240.492,43
2010	47.690.990,92	32.300,97	229.896.598,41	2.467.677,96	149.753.586,30	3.750.957,73	5.751.818,38
2011	57.170.253,18	53.168,27	234.391.751,95	2.750.610,00	184.957.541,45	5.511.743,40	6.293.696,82
2012	60.023.427,43	101.238,83	283.132.063,04	3.416.457,60	283.361.431,96	7.649.975,51	10.723.071,47
2013	64.018.347,19	318.929,87	451.715.481,63	4.280.144,82	389.716.296,48	9.653.379,03	14.040.270,06
2014	65.268.909,03	247.455,94	247.494.028,55	4.271.636,04	454.794.814,65	12.178.668,30	14.231.897,90
2015	71.476.681,33	9.784.525,02	150.669.918,11	3.597.278,88	423.772.147,66	13.670.788,90	12.456.598,58
2016	78.852.353,65	3.307.589,34	186.616.603,85	2.486.823,84	296.343.262,61	14.425.426,37	6.689.725,68

Finbra/STN

c) Participação da CFEM e Cota Parte do ICMS nas Receitas de Transferências Correntes

É interessante destacar a participação da CFEM e da Cota-Parte do ICMS nas Receitas Correntes do município. Conforme se observa estas duas dotações participavam com 90,11% da receita corrente no ano de 2001, momento em que a participação da Cota do ICMS era superior a CFEM, sendo 42,12% o peso da CFEM e 47,99% a participação da Cota-Parte do ICMS. Esta situa-

ção se investe com o crescimento expressivo da participação da CFEM na composição das receitas totais na segunda metade da década passada. A participação destas transferências em conjunto atingiu 75,09% das Receitas Correntes no ano de 2010, sendo 45,47% da CFEM e 29,62% da Cota-Parte do ICMS. Em 2016, observou-se o menor índice de participação destas dotações na receita do município, onde juntas, essas transferências representaram apenas 49,82% do total das receitas correntes. Sendo 19,25% a CFEM e 30,57% a Cota-Parte do ICMS.

Tabela 60: Participação da CFEM e da Cota-Parte ICMS nas Receitas e Transferências Correntes – 2000 a 2016.

Ano	Receitas Correntes	Transferências Correntes	CFEM	% CFEM na Receita Corrente	% CFEM Transf. Correntes	Cota ICMS	% Cota ICMS Receitas Correntes	% Cota ICMS Transf. Correntes
2000	81.763.179,28	68.404.558,81	23.660.915,5 7	28,94	34,59	27.518.426,2 8	33,66	40,23
2001	72.070.949,16	62.464.002,46	30.358.726,7 2	42,12	48,60	34.590.041,2 0	47,99	55,38
2002	86.895.328,30	68.350.045,83	35.216.123,0 0	40,53	51,52	42.276.308,7 8	48,65	61,85
2003	135.393.082,2 6	106.639.128,20	28.845.345,9 8	21,30	27,05	48.443.605,6 8	35,78	45,43
2004	179.251.123,2 0	137.197.264,40	30.302.698,9 4	16,91	22,09	62.641.450,9 6	34,95	45,66
2005	202.669.083,4 4	157.726.352,56	66.050.601,7 0	32,59	41,88	70.361.399,9 5	34,72	44,61
2006	236.634.704,1 0	179.452.561,10	77.182.521,9 2	32,62	43,01	78.709.648,3 7	33,26	43,86
2007	295.560.698,0 0	207.545.625,70	85.004.148,7 3	28,76	40,96	84.127.115,4 3	28,46	40,53
2008	367.992.381,2 0	284.637.358,00	156.482.202, 22	42,52	54,98	94.231.203,5 6	25,61	33,11
2009	407.227.574,1 3	337.152.137,62	165.744.836, 88	40,70	49,16	109.532.625, 32	26,90	32,49
2010	505.627.170,4 2	424.833.940,65	229.896.598, 41	45,47	54,11	149.753.586, 30	29,62	35,25
2011	729.432.303,97	591.620.728,89	234.391.751,95	32,13	39,62	184.957.541,45	25,36	31,26
2012	977.090.476,70	773.017.990,28	283.132.063,04	28,98	36,63	283.361.431,96	29,00	36,66
2013	1.259.456.172,76	1.056.006.877,40	451.715.481,63	35,87	42,78	389.716.296,48	30,94	36,90
2014	1.144.559.135,01	956.369.535,34	247.494.028,55	21,62	25,88	454.794.814,65	39,74	47,55
2015	1.034.663.296,19	867.234.078,87	150.669.918,11	14,56	17,37	423.772.147,66	40,96	48,86
2016	969.405.855,46	789.727.796,19	186.616.603,85	19,25	23,63%	296.343.262,61	30,57	37,52

Finbra/STN

- A IMPORTÂNCIA DA CFEM PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A CFEM, estabelecida pela Constituição de 1988, em seu Art. 20, § 1º, é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios. Os recursos originados da CFEM, não poderão ser aplicados em pagamento de dívida ou no quadro permanen-

te de pessoal da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. As respectivas receitas deverão ser aplicadas em projetos, que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação e, de forma específica, a projetos vinculados ao desenvolvimento econômico em bases distintas da exploração mineral.

Esta compensação, também conhecida como royalties, é devida aos estados, municípios e à união, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais. O fato gerador da CFEM é a saída por venda do produto mineral das áreas de jazida ou mina e é devida por quem exerce atividade de mineração.

De um modo geral, os recursos provenientes da CFEM acabam por se misturar no bolo global das receitas municipais, o que, em tese constitui desvirtuamento da proposição constitucional de uso desses recursos. Os governos nacionais, regionais e locais, favorecidos pela natureza em decorrência da abundância de recursos minerais, possuem a responsabilidade de extrair para si a riqueza produzida pela atividade mineral conciliando os benefícios às gerações atuais com a garantia de bem-estar às gerações futuras. Dois aspectos são fundamentais na tomada de decisão sobre a aplicação dos recursos: (i) o montante que será aplicado no presente e no futuro, ou seja, o valor que será gasto atualmente e o quanto será poupado para gastar no futuro; (ii) a definição das atividades essenciais a sua aplicação, ou seja, em que será aplicado os recursos provenientes das atividades minerais.

A experiência internacional na aplicação das receitas provenientes da extração de produtos não renováveis demonstra que são bastante diversificadas as formas de aplicação dos montantes de recursos nas políticas de desenvolvimento econômico e social, bem como, ao bem-estar das gerações futuras. Vários especialistas defendem que a promoção de investimentos decorrente de recursos desta natureza devem ser aplicados em atividades intensivas em capital e trabalho. Países como Canadá, Noruega, Venezuela, Qatar e Indonésia, grandes produtores de petróleo e gás natural, se destacam nos investimentos em educação, ciência e tecnologia, saúde, infraestrutura logística, poupança, estabilidade macroeconômica e diversificação econômica.

Em diversos países, a gestão da aplicação desses recursos é realizada através de fundos específicos, de natureza distinta dos orçamentos governamentais. O objetivo é o gerenciamento das dotações advindas da extração mineral através da instituição e aplicação de regras de quanto, quando e de que maneira devem ser gastos visando manter ou aumentar a riqueza às futuras gerações. A ideia é acumular os recursos quando a renda decorrente da atividade mineral aumentar

e gastar quando esta diminuir. Isto permite a estabilização das rendas e contribui com a política fiscal e cambial dos países. Os países em desenvolvimento buscam investir na qualidade dos demais fatores de produção, capital e trabalho e os desenvolvidos investem em ativos que gerem rentabilidade.

No caso específico de Parauapebas e do Estado do Pará a contradição já apontada da desoneração tributária da exportação de bens semielaborados, conforme a Lei Complementar 87/96, somado aos incentivos fiscais recebidos pela Companhia Vale, determina uma base de retornos especificamente tributário bastante aquém das efetivas necessidades dos poderes públicos municipal e estadual, constituindo, fator de fragilização da economia regional e não aproveitamento dos potenciais gerados pelo ciclo mineral, de outro modo os ganhos cíclicos acabam por se realizar em sua grande parte na forma de lucro empresarial e dividendos dos acionistas da Companhia Vale. Uma das consequências foi o uso da CFEM como parte da receita total do município, financiando elementos importantes do desenvolvimento como saúde, saneamento e infraestrutura urbanística, porém com fortes limitações no financiamento de projetos de desenvolvimento de médio e longo prazo.

Claro está que um dos principais desafios é alterar a alíquota e a base de cálculo da CFEM. Os royalties no Brasil são os mais baixos do mundo (varia de 0,2% a 3% sobre a base líquida); na Bolívia (1 a 7% - venda bruta); na Colômbia (1 a 12% - boca-de-mina); no Peru (1 a 3% - venda bruta); na Argentina (3% valor boca-de-mina); Austrália e Canadá (taxa variável conforme o estado). Porém, mesmo considerando o atual quadro configura-se com urgência o planejamento do desenvolvimento local e, também, da microrregião, supondo o necessário uso das chamadas “rendas minerais” (a Compensação por Exploração Mineral, CFEM é a principal delas) como componente básico para conformação de um plano de desenvolvimento local estratégico.

Políticas de desenvolvimento local requer capacidade de financiamento de institucionalidades necessárias à construção de um padrão de desenvolvimento centrado nas potencialidades territoriais, identificando as potencialidades, reforçando dinâmicas presentes ou construindo dinâmicas necessárias. O estabelecimento de planejamento do desenvolvimento de formato distinto, centrado em atores e instituições locais, sem descurar da interação com os componentes de planejamento macroeconômicos regionais e nacionais, porém com maior nível de interatividade e apreensão das contradições do ambiente local. Neste sentido a instituição de fundo local poderá ser componente importante na estruturação de novo padrão de desenvolvimento, vinculado à aplicação de recursos em projetos e políticas de desenvolvimento locais.